



Conselho Regional de Medicina Veterinária

Nº 38 – Ano XI – Set/Out/Nov/Dez 2012



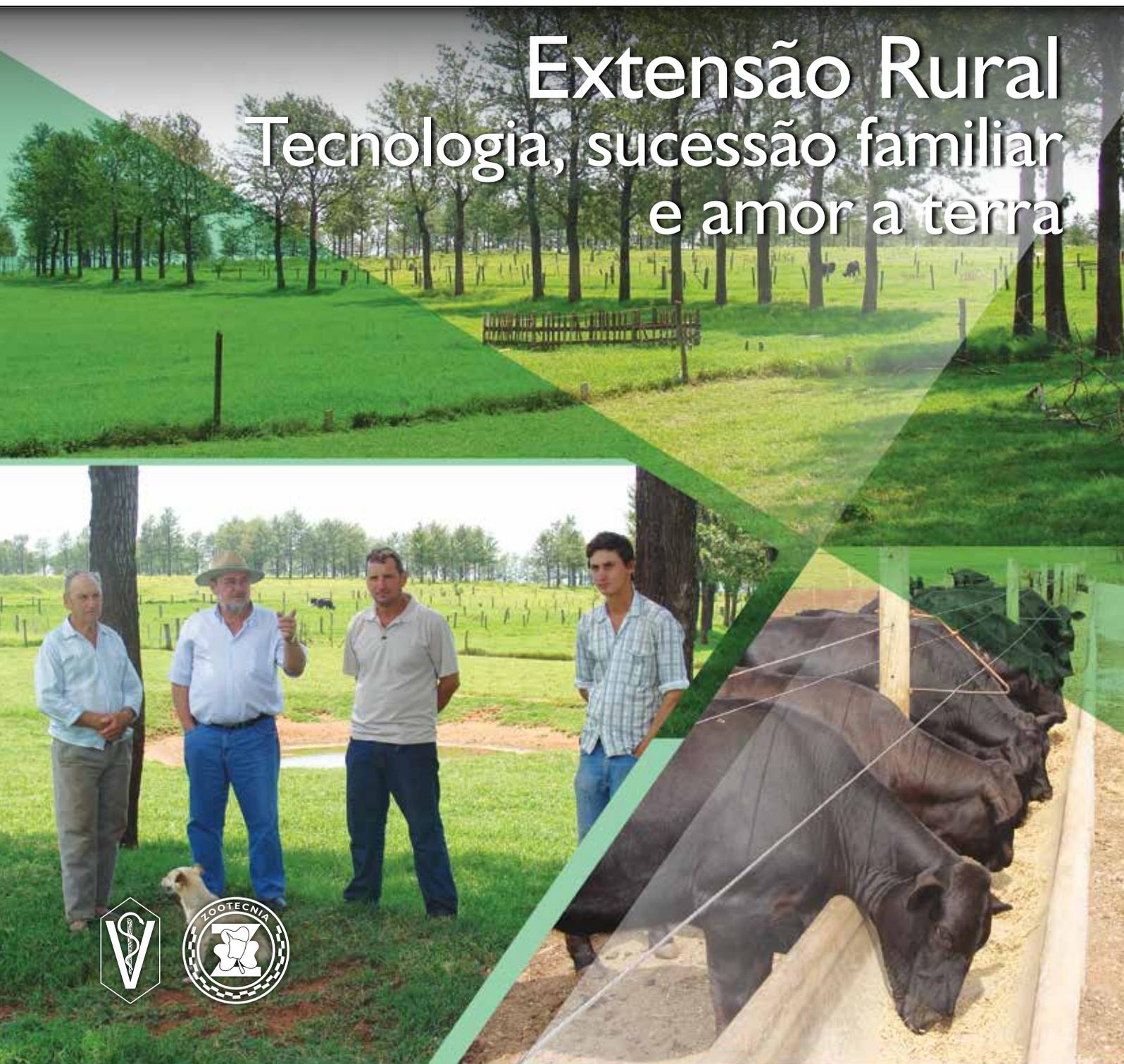
Impresso Especial
9912289200/2012 DR/PR
CONSELHO REG.
DE MED. VETER. DO
PARANÁ
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT



Extensão Rural

Tecnologia, sucessão familiar e amor a terra



3

Palavra do Presidente

4

Transparência

6

Por dentro do Conselho

10

Rápidas

13

Fruet e os animais de rua

14

Alexandre Kireeff

15

Coluna Jurídica

17

Extensão rural leva tecnologia e amor à terra

Para a produção de leite e carnes no Paraná

20

Encefalopatia Espongiforme Bovina

23

Tecnologia eleva valor genético

25

Queijos e carnes de ovelha especiais

26

A Educação do Capataz na preservação do meio ambiente

28

Animais selvagens

29

Sindivet-PR

30

Artigo Técnico

31

Acapameve

Palavra do Presidente

Encerramos mais um ano. Graças a Deus com muito trabalho que nos proporcionou entender o excesso de burocracia do Sistema e colocar em ordem vários processos.

Continuamos em 2012 com a realização dos Seminários Básicos de Responsabilidade Técnica, destinados principalmente aos formandos das diversas faculdades do Paraná. Para a próximo ano teremos mudanças nos seminários com a participação do SEBRAE e realização de Seminários avançados abordando os diversos temas técnicos da Responsabilidade Técnica. Implantaremos um Programa de Acreditação do Responsável Técnico quando ofertaremos capacitação técnica e exigiremos a efetiva atuação dos Profissionais.

Na área de comunicação, contratamos um Profissional altamente capacitado para nos assessorar, que está reestruturando todo o setor procurando maior agilidade, transparência e inserção do CRMV-PR nos diversos instrumentos de mídia. Estamos em fase de contratação de uma empresa de consultoria para elaboração das diversas mídias do CRMV-PR, além de pesquisa de nível de satisfação e correção de rumos.

Os processos administrativos circularão por meio eletrônico, de forma digitalizada, evitando perda de tempo e necessidade de arquivos físicos.

O setor de fiscalização e assessoria técnica está sendo ampliado com a contratação de mais dois Médicos Veterinários que serão lotados em Londrina e Cascavel. Em parceria com o Ministério Público agimos nas faculdades de Medicina Veterinária fiscalizando funcionamento dos hospitais e clínicas universitários e bem estar animal.

Em parceria com Prefeituras municipais, atuamos orientando programas de controle populacional de animais abandonados e bem estar animal.

Estamos implantando um Programa de Reestruturação e Dinamização das Delegacias Regionais para dar maior agilidade no atendimento aos Profissionais e empresários, desde a contratação de funcionários, reaparelhamento e reformas para melhoria da aparência.

A seção de cobrança foi reestruturada passando a ser denominada Seção de Cobrança e responsável por toda a cobrança do CRMV-PR, desde a emissão dos boletos de anuidades, as cobranças amigáveis, o atendimento aos Profissionais e empresários, até a inscrição em dívida ativa.

Para a assessoria jurídica contratamos mais um advogado para dar agilidade aos processos administrativos e judiciais.

Estabelecemos um programa de capacitação dos funcionários visando melhor atendimento a nossos clientes.

O ano de 2013 nos espera com muitas atividades a serem realizadas.

Desejamos a todos um ano próspero, cheio de realizações. Que o Senhor de todos os seres no ajude a sermos melhores, cultivarmos a virtude e sermos reconhecidos cada vez mais como Profissionais imprescindíveis à sociedade.

Eliei de Freitas

Presidente do CRMV-PR

Expediente

Diretoria Executiva:

Presidência: Eliei de Freitas
Vice-presidência: José Ricardo Pachaly
Secretaria-Geral: Juliano Leônidas Hoffmann
Tesouraria: Felipe Pohl de Souza

Conselheiros efetivos:

Itamara Farias, José Jorge dos Santos
Abrahão, Leunira Vígano, Luiz Carlos
Rodrigues, Piotre Laginski, Evandra Maria
VOLTARELLI, Leandro Cavalcante Lipinski

Conselheiros suplentes:

Claudia Maria dos Santos Gebara, Icaro
Waldimir Fiechter

Comissão Editorial

Ângelo Garbossa Neto, Felipe Pohl de
Souza, José Ricardo Pachaly, Piotre Laginski,
Itamara Faria

Jornalista Responsável:

Básica Comunicação
Ana Maria Ferrarini – MTB-PR nº 1179
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Redação e revisão:

Ana Maria Ferrarini

Fotografias:

Ana Maria Ferrarini, Assessorias de
Imprensa e Banco de Imagens

Tiragem:

12 mil exemplares

Impressão:

Via Laser Artes Gráficas Ltda
www.vialaser.com.br

Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação
www.abissaldesign.com.br

Diagramação e Ilustração:

Mamute Design
www.mamutedesign.com.br

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR

Rua Fernandes de Barros, 685 – Alto da XV
CEP: 80045-390 – Curitiba – Paraná
www.crmv-pr.org.br

**As matérias e artigos assinados não
representam necessariamente a
opinião da Diretoria do CRMV-PR.**

Transparência – Demonstrativo de Receitas e Despesas | Período: janeiro a outubro de 2012

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	1.955.948,67	42,59%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.952.056,00	42,50%
Subtotal	3.908.004,67	85,09%
Receitas com Aplicações Financeiras	150.720,39	3,28%
Receitas com Inscrições	94.010,55	2,05%
Expedição de Carteiras	28.465,88	0,62%
Expedição de Certidões	-	-
Expedição de Certificações Contr. Rep. Téc.	143.815,22	3,13%
Receita de Dívida Ativa	117.925,99	2,57%
Transferências do CFMV	-	-
Outras Receitas (*)	149.919,99	3,26%
Alienação de Bens Móveis	-	-
Total (A)	4.592.862,69	100%

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	1.784.216,95	55,87%
(2)*	Material de Consumo	58.195,92	1,82%
(3)*	Remuneração de Serviços Pessoais	777,50	0,02%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	1.257.744,55	39,39%
(5)*	Diversas Despesas de Custeio	80.815,86	2,53%
(6)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	-	-
(7)*	Equipamentos e Material Permanente	11.532,48	0,36%
	Total (B)	3.193.283,26	100,00%

Superávit Orçamentário: C = A – B **1.399.579,43** **30,47%**

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registro, Multas p/falta RT, Multas p/ausência a Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas.

Méd. Vet. Eliel de Freitas
CRMV-PR Nº 0826
Presidente

Fernando Manoel Araújo
TC-CRC-PR Nº 016757/O-8
Chefe da Seção de Contabilidade

(1)* Salários, Adicional por Tempo de Serviço, Gratificação de Encargos de Chefia, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Adicional de 1/3 Constitucional de Férias, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/Babá, INSS, FGTS, PIS; Indenizações Trabalhistas.

(2)* Materiais de expediente, Materiais de Processamento de Dados, Combustíveis e Lubrificantes, Material p/ Manutenção de Veículos, Material Elétrico e Eletrônico, Materiais de Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/Máq. e Apar., Material p/ Manutenção de Imóveis, Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo.

(3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS (Ex. Diarista, Jardineiro, Eletrecista, Encanador).

(4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Serv. de Auditoria Interna, Assinatura de Jornais, Periódicos e Revistas, Locação de Móveis, Imóvel e Estacionamentos, Telefonia, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria, Conselheiros, Comissões Diversas e Colab. Eventuais, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Despesas Bancárias, Despesas com Educação Continuada, Congr. Conv. e Conferências, Desp. c/Serv. Fiscalização, Produção e Serv. Gráficos-Revista/Informativo, Manut. e Conserv. de Veículos, Publicação de Editais, Serv. de Monitoramento/Vigilância, Assessoria e Consultoria em Informática, Despesas/Delegacias Regionais, Despesas de Convênio-Estagiários, Serv. de Manutenção de Site, Despesas de Custas Processuais, Distrib. Dilig., Autos de Exec. Fiscal.

(5)* Sentenças Judiciais e Despesas de Exercícios Anteriores.

(6)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR.

(7)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos de Interações, Veículos, Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.

Transparência – Demonstrativo de Receitas e Despesas | Período: janeiro a outubro de 2012

Proposta Orçamentária para o exercício de 2012 **R\$ 5.550.000,00**

I. Receita Arrecadada **R\$**

Total 4.592.862,69

2. Despesa Realizada **R\$**

Total 3.193.283,26

2.1 Despesa com Pessoal **R\$**

Total 1.784.216,95

2.2 Despesa com diárias **R\$**

2.2.1. - Despesa com diárias - Diretoria	46.354,50
2.2.2. - Despesa com diárias - Conselheiros	42.917,50
2.2.3. - Despesas com diárias - Assessores/Delegados	6.195,00
2.2.4. - Despesas com diárias - Empregados	16.720,00
2.2.5. - Despesas com diárias - Colaboradores Eventuais	12.570,00
2.2.6. - Despesas com diárias - Comissões Diversas	24.487,50
Total	149.244,50

2.3 Despesa com deslocamento **R\$**

2.3.1. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Diretoria	34.703,08
2.3.2. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Conselheiros	24.519,50
2.3.3. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Assessores/Delegados	6.638,54
2.3.4. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Empregados	12.097,44
2.3.5. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Colaboradores Eventuais	11.688,62
2.3.6. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Comissões Diversas	19.704,49
Total	109.351,67

2.1 Despesa Diversas **R\$**

Total 1.150.470,14

Serviço

Movimentação de Registros no CRMV-PR - período setembro a outubro de 2012

Prima – médicos veterinários	101
Prima – zootecnistas	06
Cancelamento – médicos veterinários	04
Cancelamento – zootecnistas	0
Prima reativada – médicos veterinários	05
Prima reativada – zootecnistas	02
Prima óbito – médicos veterinários	01
Prima óbito – zootecnistas	0
Secundária – médicos veterinários	06
Secundária – zootecnistas	0
Secundária cancelada – médicos veterinários	0
Secundária cancelada – zootecnistas	0
Transferência Concedida – médicos veterinários	08
Transferência Concedida – zootecnistas	0
Transferência recebida – médicos veterinários	18
Transferência recebida – zootecnistas	0
Aposentadoria – médicos veterinários	0
Aposentadoria – zootecnistas	0
Transferência reativada – médicos veterinários	05
Transferência reativada – zootecnistas	0

Reunião administrativa CRMVs do Sul



Eliel de Freitas, presidente do CRMV-PR, abre discussões

Nos dois últimos dias do mês de novembro representantes das diretorias executivas e servidores dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná discutiram em Curitiba experiências administrativas e de comunicação. O presidente do CRMV-PR, Eliel de Freitas, destaca a busca de aperfeiçoamentos nos atendimentos:

-Percebemos que na área de comunicação o Rio Grande do Sul está mais bem estruturado e na área de cobranças as mudanças de nossa gestão resultam em situação melhor do que de gaúchos e catarinenses. A nossa seção de cobrança é específica, com responsabilidade de conversar com as pessoas, insistindo no pagamento de débitos por via administrativa, permitindo parcelamentos até o limite das resoluções do Conselho Federal. Na área de Recursos Humanos, dividimos soluções.

A reunião administrativa foi dividida em grupos de Compras, Licitações e Contratos, Cobranças Pessoa Jurídica e Física, e de Comunicação, reservando-se a manhã do dia 30 para o debate das propostas. A programação de diretores e convidados do Ceará, Espírito Santo e Goiás ofereceu palestras sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos em Estabelecimentos Veterinários-Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, com o médico veterinário João Vieira, do Mato Grosso do Sul, Capacitação de Responsável Técnico e Revisão do Manual de Responsabilidade Técnica, com o presidente do CRMV-PR, e Políticas Públicas para Controle Populacional de Animais, com o médico veterinário Alexander Biondo, da Universidade Federal do Paraná. Eliel de Freitas aponta mudança na forma de conceder certificações de RTs:

-Estamos verificando algumas questões legais e vamos trabalhar treinamentos on line, com provas após os treinamentos; passar na prova, recebe a certificação. Se der certo aqui, os outros Estados vão adotar. Não podemos abrir mão do básico. Depois, faremos seminários de alto nível.

O controle populacional e bem estar animal foi tema abordado pelo médico veterinário Alexander Biondo, professor da Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná. Na palestra, destacou a expectativa em relação

à gestão do prefeito eleito Gustavo Fruet, "o primeiro a registrar em cartório compromissos para a adoção de política clara, destinando 0,1 por cento do orçamento do município, superando o que Porto Alegre aplica em suas práticas de controle e bem estar animal".

Na oportunidade, o professor Biondo abordou recomendações da III Conferência de Medicina Veterinária do Coletivo e I Simpósio de Proteção Animal e Políticas Públicas, realizados pela Universidade Federal do Paraná e Instituto Técnico de Educação e Controle Animal.:

-É importante que políticas preventivas ao abandono sejam implantadas, incluindo a vigilância epidemiológica do abandono, tratando o mesmo como um agravo à saúde coletiva. Além disso, estratégias para identificação animal, controle reprodutivo, controle do comércio, legislações pertinentes à guarda responsável, proteção e bem-estar animal e educação, deverão ser implantados levando em consideração as realidades locais, integrando políticas públicas nos diferentes níveis públicos.

Para o professor Biondo o entendimento com a nova administração da cidade de Curitiba permitirá avanços significativos nas políticas públicas, "já que as escolas da Federal, Católica, Tuiuti e Evangélica estão abertas para convênios de todos os tipos. Não será necessário hospital público veterinário, basta dar dinheiro para os hospitais universitários, distribuindo-se o atendimento para regiões onde estão localizados. Em São Paulo, o hospital da Universidade de São Paulo faz 100/120 atendimentos dia, contra 40 de Hospital Público, ao custo de cem contra 750 reais por animal". ●



Eliel de Freitas, presidente do CRMV-PR



Alexander Biondo, professor UFPR

Ensino

O XX Seminário Nacional de Ensino da Medicina Veterinária- Definindo rumos da Medicina Veterinária no Brasil, ocorreu em Brasília-DF, de 8 a 10 de outubro de 2012. O objetivo das palestras da primeira manhã do evento foi divulgar a globalização do Ensino de Medicina Veterinária que, segundo o Dr. Ron DeHaven (EUA), iniciou há 10 anos. Desde então têm sido traçadas diretrizes mundiais para os cursos de Medicina Veterinária. Ele expôs as últimas recomendações aos cursos de Medicina Veterinária determinadas pelo Grupo ad hoc de Educação da OiE "World Organization for Animal Health", instituição criada a partir da necessidade da certificação de produtos de origem animal a serem importados ou exportados. Como essa responsabilidade é basicamente do Médico Veterinário no País no qual trabalha, chegou-se ao consenso de que seria preciso um padrão mínimo na formação de cada Médico Veterinário.

A determinação desse padrão é uma das principais preocupações da OiE. O Dr. DeHaven disse que devemos prever a demanda de mercado de trabalho que esperará o Médico Veterinário nos próximos anos e com isso alertar os alunos sobre a realidade profissional. Exemplificou dizendo que está havendo a tendência de diminuição nos lucros para os clínicos de pequenos animais e um campo de trabalho promissor está se abrindo com a inclusão cada vez maior do Médico Veterinário na Saúde Pública. Ele também considerou que muitas vezes o que o estudante quer aprender é diferente do que a sociedade precisa da profissão, e isso necessita ser corrigido. Na sequência o Dr. Jean-François Chary (França) também ressaltou a importância da integração do aluno com o mundo do trabalho. Ele é o fundador da "World Federation of Veterinary Education" (WFVE) que visa assegurar um padrão de qualidade na formação do Médico Veterinário pela instituição de um sistema global de avaliação de cursos, que uma vez adotado pelos diferentes países, favorecerá a educação de alto

nível com um currículo mínimo que deverá ser adaptado a cada país e, mais especificamente, a cada região do país, com base em suas características produtivas.

A seguir, após considerações sobre as "Diretrizes Curriculares Nacionais" realizadas pelo presidente da Comissão Nacional de Ensino da Medicina Veterinária (CNEMV) o Prof. Rafael Gianella Mondadori, houve uma sequência de palestras sobre "Conceitos importantes para a construção de estratégias de ensino-aprendizagem", proferidas pela consultora Dra. Fabiana Alves de Souza dos Santos sobre meios que podem ser utilizados pelos professores para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos. No dia seguinte, foram realizadas oficinas para a construção de estratégias de ensino-aprendizagem da competência humanística nos cursos de Medicina Veterinária. A CNEMV fará um resumo do trabalho realizado nas oficinas e publicará um manual de estratégias de ensino-aprendizagem com o objetivo de divulgá-las amplamente aos professores dos Cursos de Medicina Veterinária.

No último dia, houve a palestra de "Habilidades e competências do médico veterinário de animais selvagens", proferida pelo Prof. Rogério Ribas Lange, Presidente da Comissão Nacional de Animais Selvagens do CFMV e membro da Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária do CRMV-PR. Outro assunto abordado foi "Responsabilidade Técnica em biotérios de criação e experimentação", pelo Dr. Carlos Alberto Muller, Coordenador de Biotérios e Biossegurança da FIOCRUZ/RJ.

Menos de dois meses depois, em 26 de novembro, ocorreu no CRMV-RJ o Seminário Estadual de Ensino de Medicina Veterinária e suas conexões com o mercado de trabalho, cujos temas e debates indicaram fortemente a tendência de que o mercado de trabalho local venha a ser levado em consideração nos projetos pedagógicos

dos cursos de Medicina Veterinária do estado do Rio de Janeiro. Sob a coordenação do professor Marcelo Pacheco, vice-presidente do CRMV-RJ, foi realizada pesquisa sobre os currículos de todos os cursos existentes no Rio de Janeiro, com o objetivo de repensar o ensino da Medicina Veterinária naquele estado. Os resultados do estudo iniciado em 2010 serão publicados nos próximos meses, mas adiantou-se que foi verificada a inadequação do perfil do egresso em relação às oportunidades do mercado de trabalho e também que o mercado não identifica as universidades como parceiras e vice-versa.

Procurando seguir as tendências globais de Ensino, trabalho neste mesmo sentido está sendo realizado pela Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária do CRMV-PR, que solicitou este ano aos coordenadores dos cursos existentes no estado do Paraná o encaminhamento dos currículos de cada curso visando inicialmente conhecer o perfil atual do médico veterinário egresso dos cursos existentes no Estado. ●

Profa. Carmen Grumadas

Coordenadora do Colegiado do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual de Londrina e Presidente da Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária – CRMV-PR

Comissão RT



Foto: Diego Wosch

CERT na plenária

A Comissão de Estudos sobre Responsabilidade Técnica (CERT) propõe a revisão das leis pertinentes ao setor de RT, com apoio do setor jurídico do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Para participar das reuniões foram convidados representantes da Secretaria Estadual de Saúde, casas agropecuárias, indústrias de alimentos e clínicos veterinários. A CERT iniciou a revisão do atual manual de orientação e procedimento do Responsável Técnico, agora em sua terceira edição. Os seminários de RTs rotineiramente promovidos pelo CRMV também terão seu conteúdo revisto.

Esses tópicos constam de relatório apresentado à Plenária do Conselho Regional de Medicina Veterinária, “de acordo com a visão da atual gestão, que trata com ênfase a questão da responsabilidade técnica”.

A comissão foi criada para apoiar as decisões do CRMV-PR e tornar pública a importância do médico veterinário para a sociedade e para o próprio empresário proprietário

de estabelecimentos onde é obrigatória a presença de um RT, destaca o presidente da CERT, Guilherme Sérgio Gonçalves. Como forma de subsidiar o conteúdo técnico para a reestruturação do manual, é consenso a elaboração de cursos de capacitação específicos por área de atuação para profissionais de RT além de seminários estaduais sobre o assunto Responsabilidade Técnica. “Estamos trabalhando no sentido de respaldar os profissionais de forma que o CRMV enalteça a boa conduta e o valorize perante o empresário”, destaca Guilherme. A Comissão de Estudos sobre Responsabilidade Técnica é integrada por mais cinco médicos veterinários, Celso Fernando Dias D Oliveira, Paulo Moreira Borba, Olmar Bellincanta, Horácio Slongo e Nestor Werner. Por se tratar de um trabalho a longo prazo, cada etapa está sendo minuciosamente trabalhada a fim de não haver conflitos com as leis vigentes e que o produto final sirva de modelo para outros estados. ●

Seminários RT



Seminário de RT em Maringá. Eliel de Freitas, Presidente do CRMV-PR

A participação de 115 médicos veterinários, zootecnistas e acadêmicos no Seminário de Responsabilidade Técnica de Maringá impressionou o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, que fez a palestra de abertura:

-O interesse dos futuros profissionais na busca de conhecimentos sobre responsabilidade técnica e a presença de profissionais já inscritos no CRMV, para melhorar informações

para o desempenho profissional, valoriza demais o nosso trabalho. A questão ética do profissional numa região que envolve avanços tecnológicos, conhecimentos sobre pequenos, médios e grandes animais, produção de leite e derivados, carnes e população atenta aos seus direitos, deve ser destacada nos aspectos legais da responsabilidade técnica e suas implicações administrativas, civis e criminais. ●

Comissão de Saúde Pública Veterinária destaca ações

A Comissão de Saúde Pública Veterinária do CRMV-PR fez reuniões mensais ao longo de 2.012, entre as quais se destacam a participação no Forum das Comissões do sistema CRMVs/CFMV, para discutir a presença do médico veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família, participando da Estratégia de Saúde da Família. Também foi importante a discussão sobre o aumento da incidência de esporotricose na região metropolitana de Curitiba, quando foi decidida a disponibilização do link do CIEVS-notifique aqui, no site do CRMV-PR, por iniciativa da médica veterinária Thaila Francini Corona. Um terceiro tema de destaque foi a participação dos coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária da Tuiuti e da Pontifícia Universidade Católica do

Paraná para a discussão de estratégias para imunização de pré-exposição para alunos e profissionais da Medicina Veterinária, que saem das universidades para o campo de trabalho expostos a riscos, sem proteção adequada. Essas estratégias dependem de parcerias com o Estado.

A médica veterinária Elizabete Balbino Javorouski, presidente da CSPV, destaca dois assuntos que ainda estão em discussão:

-O armazenamento de imunobiológicos na área de saúde, vacinas e soros, e o de ovos, desde a produção, obtenção e utilização, ainda está em discussão porque envolvem os ministérios da Saúde e da Agricultura. De qualquer

forma, agradeço nesta manifestação o empenho e a dedicação profissional dos componentes de nossa comissão no tratamento de questões ligadas à saúde pública veterinária em nosso Estado e no País. Participamos de simpósios e conferências na Universidade Estadual de Londrina e Federal do Paraná (Conferência de Medicina Veterinária do Coletivo e Simpósio de Proteção Animal e Políticas Públicas), além de participação nas Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Negociação Permanente do Sus/Paraná, curso de "Formação de Oficinas de Controle Animal-FOCA", em São Paulo, e representação do CRMV no Conselho Estadual de Saúde. ●

Proibição Chumbinho

Foto: Divulgação



comercialização proibida

O Superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz, comunicou à diretoria do Conselho Regional de Medicina Veterinária o cancelamento do registro do produto TEMIK 150. “Com isto, o aldicarb, princípio ativo do TEMIK 150, deixará de ser fabricado, importado, distribuído e comercializado no Brasil”.

O aldicarb é o principal agrotóxico utilizado de forma irregular como raticida doméstico (chumbinho) e era o produto mais tóxico que possuía registro no país. Estimativas da ANVISA apontam que o produto é responsável por quase 60 por cento dos oito mil casos de intoxicação

relacionados a chumbinho no Brasil. No Paraná, segundo dados do SINAM, foram registrados neste ano 428 casos de intoxicações.

A comunicação da Superintendência de Vigilância em Saúde informa que, além do aldicarb, existem outros ativos como carbufurano, terbufós, metomil e forato que são agrotóxicos granulados e comercializados de forma irregular e clandestina como chumbinho. A distribuição e a comercialização desses produtos ferem a Lei de Crimes Contra a Saúde Pública, configuram-se como crime hediondo e provocam prisões, além da apreensão dos produtos. ●

Homenagem póstuma - Elvira

Foto: Divulgação



Elvira Helena Drulla Brandão

A médica veterinária Elvira Helena Drulla Brandão, morta em outubro passado, foi profissional que sempre atuou na Saúde Pública, iniciando carreira na Secretaria Estadual de Saúde no município de Irati, interior do Paraná, na década de 80. “Dedicou-se com paixão e competência ao trabalho. Dedicada mas firme, simples e discreta, cuidadosa e atenciosa, viajou muito, gostava de idiomas e apreciava a herança cultural familiar nordestina e polonesa”, lembra cartão de lembrança distribuído pela família. Em 1.991, veio para Curitiba trabalhar na 2ª. Regional Estadual da Saúde, como chefe do Setor de Alimentos, passando em concurso público da Prefeitura de Curitiba e atuando no nível central como chefe do Serviço de Alimentos, sendo transferida depois para o Distrito Sanitário do Portão. Na década seguinte, retornou ao Centro de Saúde Ambiental, na Divisão de Alimentos, pedindo transferência tempos depois para o Centro de Epidemiologia, onde ficou até o falecimento. Especializada em Saneamento e Vigilância Sanitária, foi conselheira titular do Conselho Municipal de Saúde; membro da Comissão Permanente de Comércio Ambulante do município de Curitiba, da Comissão de Saúde Pública Veterinária do CRMV-PR e da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, além de conselheira suplente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar, representando o CRMV-PR. “Determinada e realista, refletiu muita fé na sua tão corajosa, impecável e persistente maneira de sonhar e lutar pela vida e saúde- a própria e a dos outros”, encerra o texto em sua homenagem. ●

Saúde Pública

Aconteceu na noite de 25 de outubro de 2012 no Anfiteatro do Hospital Universitário (HU) da Universidade Estadual de Londrina – PR o I Fórum Saúde Pública Veterinária: Políticas Públicas de Saúde e NASF com a presença de Profissionais, Gestores da Área da Saúde, Pós-Graduandos e Discentes. O evento foi promovido pelo Colegiado do Curso de Medicina Veterinária – UEL, com apoio do Pró-Saúde (Ministério da Saúde) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da UEL.

Com o objetivo de situar os participantes sobre as atuais Políticas Públicas de Saúde e a inserção do Médico Veterinário no NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família), foram discutidas amplamente as possibilidades geradas por esta nova área de atuação.

A programação contou com a participação da Profa Evelin Muraguchi (UEL –CCS) falando sobre o Programa Pró-Saúde/

PET Saúde: evolução e resultados na UEL, seguida de mesa-redonda moderada pelo Prof. Itamar Teodorico Navarro (UEL-CCA) e tendo como debatedores Prof. Natal Jatáí de Camargo (SESA/UFPR); Dr. Marcelo Viana de Castro (17ª Regional de Saúde/SESA) e Prof. Walfrido K. Svoboda (UFPR). Os debates foram sobre a inserção do Médico Veterinário na Saúde Pública do Paraná; as Redes de Atenção à Saúde no SUS; a qualificação da Atenção Primária à Saúde no Paraná (APSUS) e sobre o Médico Veterinário nas atuais Políticas Públicas de Saúde – NASF, com grande participação da interessada plateia de 130 participantes que contou com a presença do Presidente do CRMV-PR, Dr. Eliel de Freitas. ●

Profa. Carmen Grumadas

Coordenadora do Colegiado do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual de Londrina e Presidente da Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária – CRMV-PR

Homenagem professor UEL



O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná foi representado na sessão solene pelo tesoureiro, médico veterinário Felipe Pohl de Souza, e pela presidente da Comissão Estadual de Ensino da Medicina Veterinária do CRMV-PR, professora Carmen Grumadas.

O professor Ernst Echehardt Müller e o laboratorista José Aldevino de Carvalho receberam o título de Professor Emérito e Técnico Administrativo Emérito, respectivamente, pelo trabalho desenvolvido na UEL nas últimas décadas. A homenagem foi no Anfiteatro do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), durante sessão solene do Conselho Universitário, presidida pela reitora Nádina Moreno.

A iniciativa partiu do Centro de Ciências Agrárias (CCA), que deliberou a solicitação do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva. O título representa um reconhecimento da Universidade aos dois servidores pelo comprometimento que dispensaram ao trabalho realizado ao longo destes quase quarenta anos.

Além de docente, Ernst Echehardt Muller exerceu muitos cargos administrativos na UEL, como diretor de Centro, chefe de Departamento, diretor do Hospital Veterinário, coordenador de Colegiado dos Cursos de Ciências Agrárias, do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. E o servidor técnico-administrativo José Aldevino de Carvalho ingressou na UEL em 1973, contratado como servente do Laboratório de Anatomia do Centro de Ciências Biológicas. No ano seguinte foi promovido, por meio de teste seletivo, para o cargo de Auxiliar no Laboratório de Microbiologia. Em 1977, através de concurso, passou a laboratorista, função que exerce até hoje colaborando para o ensino, pesquisa e extensão. ●



Felipe Pohl, tesoureiro do CRMV-PR

Prescrição Obrigatória

A partir de maio, 133 substâncias de uso veterinário presentes na instrução normativa 25 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), só poderão ser vendidas com a prescrição feita por médico veterinário. A receita deve conter três vias, uma para o estabelecimento que comercializou o produto, outra para o proprietário do animal e a última fica com o médico veterinário.

O secretário geral do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Felipe Wouk, dá três exemplos de mau uso de medicamentos que causam agravos à saúde do ser humano:

-A instrução visa o controle de medicamentos que possam potencialmente causar riscos à saúde do homem por ocasião de seu mau uso. No primeiro grupo, as drogas que agem deprimindo o sistema nervoso central, sedativos e analgésicos potentes, entre elas o cloridrato de xilasina, muito conhecido no campo; depois, os anabolizantes, particularmente utilizadas na medicina equina, literalmente traficados em academias de musculação, que causam agravos à saúde do ser humano e, por último, drogas que tem finalidade bastante diversa quando empregadas

em animais, para doenças do sistema respiratório, que utilizadas em mulheres podem causar abortos.

A nova regra passa a exigir o cadastro dos veterinários que prescrevem psicotrópicos, anabolizantes, entorpecentes e outros produtos sujeitos ao controle. E, ainda, a padronização dos relatórios de venda que deverão ser enviados por fabricantes e lojas ao controle oficial. A intenção dessa nova regra é melhorar o controle dos estoques e das vendas e coibir o comércio ilegal desses produtos. ●

Paraná fabrica vacinas para o Brasil

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) vai iniciar a produção em larga escala da vacina antirrábica de uso veterinário por cultivo celular, produto biológico denominado Rhabdocell – vacina antirrábica inativada para cães e gatos. A produção foi autorizada pelo Ministério da Agricultura, que aprovou as adequações feitas no laboratório do instituto, expandindo o prazo de validade da autorização até 2019. A fabricação de vacinas por cultivo celular utiliza células de rim de hamster (BHK – baby hamsterkidney), sem a necessidade de sacrificar o animal. Serão doses de 1 ml, com validade de dois anos, substituindo a vacina antirrábica de uso veterinário

pelo método Fuenzalida Palácios, que utilizava como substrato cérebro de camundongos neonatos, em doses de 2 ml e validade de um ano.

Além de evitar o sacrifício de animais, o novo método permite obtenção de produto mais puro, eficiente – por induzir maior produção de anticorpos – e mais seguro para os animais, por não provocar efeitos colaterais. “Trata-se de uma inovação importante, que gera segurança e qualidade ao produto, além de ter um reconhecimento internacional”, disse Julio Salomão, diretor bioindustrial do Tecpar. ●

Conferência em Foz

Cerca de 500 delegados da Europa, África, América Latina e Ásia vão participar da “Conferência Global sobre Educação Veterinária e o Papel das organizações na Medicina Veterinária-Garantindo Excelência e Ética na Profissão Veterinária”, em Foz do Iguaçu. Trata-se do maior evento de educação da Medicina Veterinária mundial, promovido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O principal objetivo da conferência será conseguir que todas as Instituições de Ensino Superior (IES) adotem as diretrizes mundiais da OIE. A conferência também

abordará a necessidade de melhor harmonização global na educação veterinária, garantindo qualidade e ética.

Os delegados deverão representar os 178 países membros da OIE. Ministros, reitores, coordenadores de cursos, formadores de opinião, organizações internacionais, conselhos, ordens, colégios, instituições do setor privado e profissionais também participarão do importante evento. O evento será nos dias 4 e 6 de dezembro de 2013. ●

Fruet e os animais de rua



Foto: Divulgação

Fruet em visita ao CRMV-PR

A posse de Gustavo Fruet como prefeito de Curitiba representa a adoção de políticas públicas permanentes para animais de rua, com a destinação de 0,1 por cento do orçamento municipal para programas, projetos e campanhas de conscientização da proteção de animais. Quando a dotação orçamentária se tornar real Curitiba terá cerca de seis milhões de reais para efetivar as políticas de grande alcance.

O orçamento para 2.013, aprovado pela Câmara Municipal, é de 250 mil reais, um terço do que gasta São José dos Pinhais e dez por cento do que investe Pinhais, em relação ao número de habitantes. O valor representa cinco por cento dos investimentos anuais de Porto Alegre (em torno de 4,2 milhões de reais), que permitem dois castramóveis, telefone 156 para denúncias de maus tratos, campanhas de adoções e de ressocialização de animais, por exemplo.

Gustavo Fruet participou de reunião plenária no Conselho Regional de Medicina Veterinária, durante a campanha, e registrou em cartório o compromisso firmado após considerações referentes à proteção animal.

Calcula-se que a população de cães em Curitiba é de 500 mil, um para cada quatro habitantes, e na periferia a metade está nas ruas. O controle ético de populações de animais urbanos, por meio de programas permanentes, massivos e continuados de castração (esterilização cirúrgica) de cães e gatos está nas propostas, além do incremento do programa municipal de registro geral de animais e o levantamento da população animal de cães, gatos e cavalos nas áreas urbanas. A conselheira Itamara Farias vê avanços significativos nas propostas:

-O treinamento de professores da rede pública municipal é muito importante. Responsabilidade social, sanidade pública e o bem estar animal como instrumentos de educação das crianças permitirá a consolidação de consciência permanente no ambiente coletivo. É possível que se crie uma secretaria especial dos direitos dos animais. A criação do selo Amigos dos Animais para estabelecimentos comerciais, como clínicas veterinárias e profissionais autônomos, que atuem em parceria com os objetivos da gestão municipal, com contrapartida fiscal do município, é muito positiva.

O abandono de cães e gatos interfere de forma negativa na saúde humana e as falhas na guarda responsável representam riscos para os animais. Para o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, Eliel de Freitas, os compromissos do prefeito Gustavo Fruet são avanço inédito para o setor:

-A vinda do então candidato à Plenária do Conselho representa reconhecimento ao papel do médico veterinário para a implantação das estratégias efetivas e éticas para o manejo populacional canino, felino. Seremos parceiros no desenvolvimento dos trabalhos. O manejo da população de cães e gatos tem que definitivamente ser incluído nas políticas de saúde. A guarda responsável também faz parte desse planejamento. A destinação de 0,1 por cento do orçamento para as políticas públicas fará de Curitiba a capital com a maior dotação orçamentária para as ações pertinentes, colocando a cidade na vanguarda em busca de soluções para o grave problema de abandono, maus tratos de animais e de controle da população. ●

Alexandre Kireeff



Alexandre Kireeff

No meio das reuniões com equipes de transição, organização das equipes de trabalho, viagens a Brasília para envolver bancada federal com emendas e projetos (“fui muito bem recebido pelos três senadores”), contatos com gente do governo federal com foco nas ações de mobilidade urbana, o prefeito eleito de Londrina, médico veterinário Alexandre Kireeff, surpreendeu companheiros mais próximos ao comunicar com simplicidade visita ao Hospital Veterinário Gratuito de São Paulo, em São Paulo. Duas preocupações serão trabalhadas com prioridade no início da gestão, a implementação do Centro de Controle de Zoonoses e assistência médico veterinária para atender demandas da população de baixa renda inscrita nos programas sociais, no conjunto de atitudes para administrar município com orçamento de 1,2 bilhão de reais, 515 mil habitantes, “mergulhado numa crise político administrativa sem precedentes, com perda de conhecimento e equipe de transição sem secretários”.

Alexandre Kireeff vai administrar a quarta maior cidade do Sul do País, a segunda do Paraná, um quinto do orçamento de Curitiba, um terço da população:

-A herança administrativa é ruim, quatro prefeitos no período de uma gestão, problemas pontuais da cidade e problemas abrangentes da líder da região metropolitana, que nos obrigam a pensar no todo. É fundamental dimensionar a responsabilidade de cada um dos 11 municípios em relação a transporte coletivo, saúde, segurança, educação, em busca de desenvolvimento urbano de forma integrada, com os parceiros estaduais e federais pertinentes. Vou reorganizar a casa, desemperrar projetos, acelerar novas propostas, por isso

viajei a Brasília e contatei deputados, senadores, estive em ministérios, como o das Cidades, coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento. Já articulei emendas da bancada, uma delas é para construção do Teatro Municipal, obra importante da cidade com produção cultural desproporcional ao seu tamanho, o que é muito bom.

As ações da nova administração de Londrina serão transparentes, baseadas em 24 pontos do Observatório de Gestão Pública de Londrina, comissão institucional que envolve a prefeitura, sociedade civil organizada e universidades. No âmbito da prefeitura o Grupo de Acompanhamento de Ações e Projetos de Políticas Públicas irá a minúcias de informações (placas de obras detalhando todos os detalhes cabíveis), inclusive com a criação de setor que vai cuidar de preços de produtos de consumo, preocupação de austeridade, marca da nova gestão. O vice-prefeito, engenheiro Guto Belusci, será o coordenador das ações do grupo e vai cuidar da interação com as secretarias:

-Sou grande ouvinte, aprendi a ouvir, quero me cercar de gente capaz, vou aproveitar funcionários públicos de acordo com a competência e vocação, designarei cargos para pessoas tecnicamente qualificadas. Quanto mais diversificado o grupo, melhores os resultados. Na média a gente acerta mais, é difícil acertar só com especialistas. Na questão da mobilidade urbana, penso no transporte coletivo, nos deslocamentos em ciclovias e a pé. Sou admirador da reestruturação da mobilidade de Bogotá, capital da Colômbia. Mobilidade urbana é um dos focos em Brasília. Segurança, saúde e educação serão prioridades num trabalho administrativo pragmático em relação a questões político partidárias.

As eleições revelaram a vontade da população de Londrina para mudar o perfil do administrador. Alexandre Kireeff foi eleito contra candidatos que representavam os governos federal e estadual e a tradição Belinatti. O desafio por causa da expectativa dos eleitores é grande e apoio dele nas eleições para o governo estadual, em 2.014, será para quem “mais ajudar Londrina. Sou independente e não deixarei de lado os compromissos com quem me elegeu. Curitiba é oposição para o governador Beto Richa. A minha posição vale também para o governo federal e seu eventual candidato. O ponto de partida é o auxílio que receber para o desenvolvimento de Londrina”.

Ordem nas contas, mais vagas em creches, transparência, mobilidade urbana, equipe técnica qualificada, educação integral, harmonia de projetos na região metropolitana e relação de compromissos com a Câmara Municipal, são o ponto de partida da administração do novo prefeito. No caso do Centro de Zoonoses e da assistência médico veterinária gratuita à população de baixa renda, Alexandre Kireeff considera que as pessoas inscritas nos programas sociais tem o mesmo vínculo afetivo com animais que as mais ricas. Vai definir fontes de recursos para implementar essas ações via Unidade de Saúde Animal, depois o Centro de Zoonoses. ●

Prática clínica de baixo risco

Em reação à Medicina Defensiva, sedimentada nos Estados Unidos, a Prática Clínica de Baixo Risco é um conceito relativamente novo no Brasil. Refere-se à conduta adotada por profissionais da área da saúde, com o objetivo de reduzir os riscos de processos éticos e judiciais e aumentar os benefícios ao paciente, por meio do emprego de recursos científicos na administração e prática clínica.

A preocupação com uma atuação clínica de baixo risco ocorre pelo fato dos profissionais da saúde estarem mais expostos às demandas judiciais. Alguns fatores tornaram mais favorável esta situação: legislações de proteção ao consumidor (Código de Defesa do Consumidor, Código Civil), melhor informação dos clientes em relação aos seus direitos, acirramento da competitividade no mercado de trabalho, o alto grau de exigência por parte dos clientes, mais bem informados sobre tratamentos veterinários e a mídia, que muitas vezes faz uma cobertura sensacionalista de fatos envolvendo profissionais da saúde em casos extremos.

A atuação defensiva eleva os custos da prática clínica, pois preconiza um maior número de exames complementares, além de situar o cliente como um potencial adversário. De modo distinto, a prática clínica de baixo risco assume uma posição mais científica e ao mesmo tempo humana. Considera a adoção dos preceitos da prática clínica baseada em evidências, associada à organização administrativa da clínica veterinária e o respeito aos princípios ético-morais.

A adoção dos preceitos científicos aos cuidados do paciente afasta o emprego de intervenções não referenciadas na literatura científica. O uso de técnicas baseadas exclusivamente na impressão pessoal do profissional, embora permeada de boas intenções, apresenta resultados imprevisíveis. A falta de rigor numa avaliação desprovida dos princípios do método científico aumenta a frequência de erros e expõe o paciente a riscos desnecessários.

Em associação à abordagem científica, a humanização da relação entre profissional e cliente evita que ocorram conflitos inerentes a fatores fora do controle das partes.

A prática clínica de baixo risco não isenta o médico veterinário de litígios, mas reduz a frequência com que estes ocorrem, devido a melhor relação entre as partes. A aplicação de intervenções baseadas em evidências também contribui de forma vantajosa, modificando a estratégia de defesa frente a um processo judicial. Neste caso, a defesa do médico veterinário não seria elaborada com o objetivo de negar um presumido erro, mas sim na justificativa e prova de que para a intervenção foram utilizadas as medidas mais adequadas ao caso. Assim, um desenlace sem êxito do tratamento pode ser considerado como um risco inerente à área da saúde e não como erro do profissional.

Algumas considerações sobre a prática clínica de baixo risco são recomendáveis:

- Adequar os registros clínicos para que tenham relevância legal

Atualmente está afastada a possibilidade de se perceber a relação médico veterinário/cliente como uma relação pessoal, decorrente de confiança ou amizade. É considerada uma relação de consumo sujeita a regras específicas, o Código de Defesa do Consumidor.

Entre médico veterinário e cliente estabelece-se uma relação contratual e o prontuário clínico do paciente contém aspectos relevantes desta relação, caso haja um questionamento posterior por parte do cliente. O conjunto de documentos que compõe o prontuário é considerado prova judicial. Logo, deve ser completo e constante a assinatura do cliente sobre informações cedidas e ciência dos riscos e limites da intervenção.

- Registrar todo evento no prontuário do paciente e solicitar assinatura do cliente nos documentos

Todas as intercorrências do tratamento médico veterinário devem ser registradas no prontuário do paciente.

No caso de clientes não-colaborativos com o tratamento do paciente, o profissional deve orientá-lo de forma verbal e fazer constar esta advertência no prontuário do mesmo, com a assinatura do cliente de que recebeu a informação. Tal atitude pode comprovar que o cliente estava orientado sobre determinado aspecto do tratamento veterinário e que não seguiu as recomendações do profissional, elidindo a culpa deste.

- Investir em mensagens publicitárias éticas e que valorizem a saúde pública

Há notícias sobre erro médico-veterinário apresentadas de forma sensacionalista pela imprensa. Estes fatos fazem com que a população generalize a informação cedida pela mídia. Para contrabalancear, é importante que os profissionais da Medicina Veterinária passem a investir em mensagens publicitárias dentro dos preceitos éticos, no sentido de fomentar a educação da população quanto ao conhecimento sobre as doenças dos animais, fatores de risco, formas de prevenção e evitar a propaganda mercantilista.

- Manter uma comunicação honesta com o cliente

Durante a consulta, o cliente deve receber informações claras, objetivas e compreensíveis sobre hipóteses diagnósticas, motivação dos exames solicitados, ações terapêuticas, riscos, benefícios e inconvenientes das medidas propostas e duração

prevista do tratamento do paciente. Informações relevantes devem ser prestadas por escrito, guardando, o profissional, cópia com recibo do paciente.

O dever de informação do profissional decorre dos princípios básicos de defesa do consumidor preconizado pela Lei 8.078/90.

- Dispor informações por etapas, esclarecendo os procedimentos e valores do tratamento

Existe um compromisso entre o médico veterinário e o cliente que é o do profissional oferecer ao paciente o conhecimento de acordo com literatura científica atual, considerando que a seu alcance existem os recursos necessários para diagnóstico e tratamento.

É necessário o esclarecimento de dúvidas, de forma simples, sobre o diagnóstico, tratamento, doença, possíveis complicações e prognósticos. Se houver mais de uma alternativa para o tratamento do paciente, o cliente poderá optar.

O desenvolvimento da relação entre profissional e cliente possibilita maior qualidade no atendimento. A cada consulta médico-veterinária é uma nova relação que se estabelece com o cliente e o profissional tem condições de diminuir a assimetria desta com uma comunicação clara e eficaz e a manutenção de um bom relacionamento a fim de evitar conflitos.

- Aplicar somente intervenções certificadas pela literatura científica, considerando seus graus de recomendação
- Com o avanço da tecnologia, a literatura científica é uma fonte para que os profissionais da saúde mantenham-se atualizados. Com a grande oferta de publicações, cabe ao profissional abordar e avaliar criticamente o artigo, considerando seus graus de recomendação.
- O médico veterinário deve adotar os preceitos científicos aos cuidados do paciente afastando o emprego de alternativas de tratamento não referenciadas e rechaçando artigos baseados em pesquisas sem confiabilidade.

- Manter recursos humanos e tecnológicos adequados ao bom desenvolvimento do serviço.

A responsabilidade do médico veterinário inicia-se no atendimento à chamada telefônica do cliente para agendar a consulta. Portanto, todos os funcionários devem estar conscientizados e adequados à atuação da clínica.

Quanto aos aspectos tecnológicos, sopesa-se que quanto mais tecnologia existe à disposição dos pacientes maior será a expectativa do cliente de um resultado favorável num tratamento de saúde. Os recursos tecnológicos são bem-vindos e os clientes estão informados sobre novas tecnologias, solicitando mais informações dos profissionais sobre a utilização destas.

- Não abandonar o paciente.

Após iniciado o tratamento, o profissional da saúde não pode abandonar o paciente, a não ser que tenham ocorrido fatos que comprometam a relação médico veterinário/cliente e o desempenho profissional e desde que assegurada a continuidade na assistência prestada e o cliente seja previamente comunicado, por escrito, da decisão do profissional. Do mesmo modo, o cliente que abandona o tratamento do paciente não poderá, posteriormente, cobrar do profissional um resultado desfavorável.

- Conhecer as normas do Código de Ética da profissão, base para atuação profissional.

O Código de Ética que regulamenta a profissão do médico veterinário detém importantes fontes para a atuação clínica baseada nos valores morais e os princípios ideais da conduta humana.

O desenvolvimento da prática clínica de baixo risco é uma tendência natural do mercado de trabalho. Decorre de fatores além da vontade do profissional ou de seus órgãos representativos.

Clínicas veterinárias com menor custo operacional e menos problemas que comprometam o seu capital de giro são mais competitivas. Deste modo, a intenção é salvaguardar seus benefícios, estimulando os profissionais à atuação com base em evidências, associada à implementação de ações preventivas, de custo reduzido, que promovem o bom relacionamento com o cliente. ●

Giorgia Bach Malacarne

Procuradora do CRMV-PR
advocacia@praticaclinica.com.br

Extensão rural leva tecnologia e amor à terra Para a produção de leite e carnes no Paraná

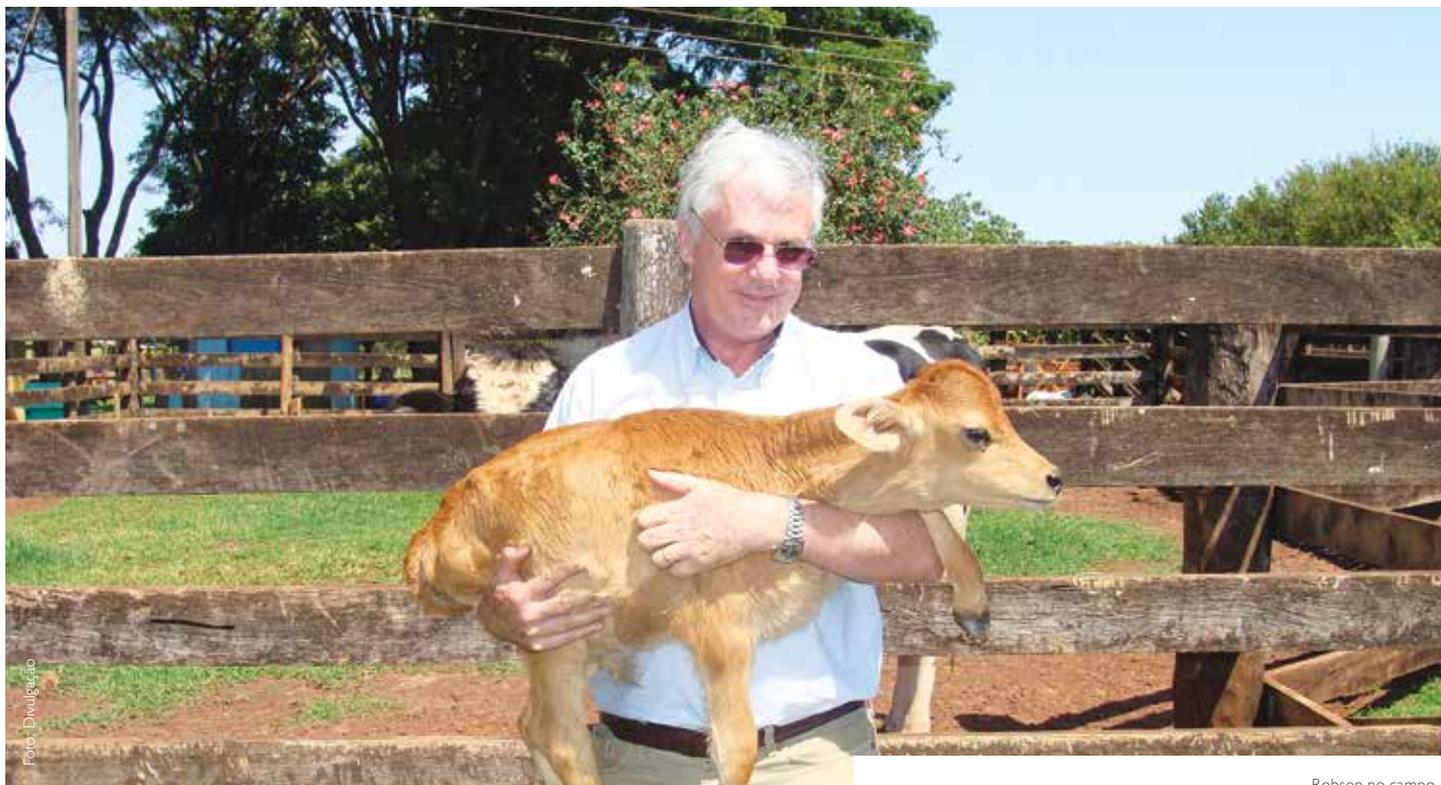


Foto: Divulgação

Robson no campo

A extensão rural no Âmbito do Instituto Emater soma projetos e ações de governo que se consolidam e permanecem, seja no fortalecimento do cooperativismo, do associativismo, práticas de controle ambiental, desenvolvimento comercial, educação, pesquisa, defesa da produção, produtividade e aumento de renda da agricultura estadual. A preocupação com a sucessão familiar no campo e a identidade dos filhos com os negócios dos pais e avós, também estão presentes nos trabalhos. Ao longo dos 50 anos do Instituto Emater estão dois profissionais, o zootecnista João Batista Barbi e o médico veterinário Robson Curty, os dois próximos da aposentadoria, décadas destinadas à extensão rural.

“O extensionista tem que estimular o orgulho da vida rural”, resume Robson Curty, descendente de família suíça com 14 médicos veterinários, sentado na varanda da casa de Edson Agostinho Tomazella, produtor de leite em Santa Fé. Aponta canarinhos da terra e identifica na presença alegre e barulhenta dos pássaros o equilíbrio ambiental da propriedade rural, com água, árvores, sem agrotóxicos. Edson Tomazella, Edinho, destaca Robson como referência em tudo, na transformação

do gado “comunhão” do pai no “holandesado” que resultou de cruzamentos de Jérsi com Holandês (140 cabeças, programa de inseminação artificial), orientador na quebra de paradigmas, resultando na adubação de pastagens, análises anuais de solo e controles zootécnicos, e defensor de práticas que resultam elevados índices de qualidade do leite entregue à indústria (proteínas, gorduras e sólidos).

Por sua vez, Robson vê Edinho como produtor diferenciado, com poder de negociação, que se destaca porque sempre acompanha as orientações e porque percebeu a falta de tradição da pecuária leiteira regional. Edinho e Robson, que também é conselheiro familiar, estão preocupados com a sucessão nos negócios.

Os dois defendem políticas públicas que dêem segurança, comunicação e infraestrutura a quem vive no campo. “Não o assistencialismo, mas a promoção da emancipação cidadã, no contexto de nosso trabalho, que é facilitar a prática de ações sustentáveis nos aspectos econômico, social e ambiental no universo trabalhado. Os programas Leite das Crianças e



Robson e Edinho, diálogo frequente



Pai, filho e o técnico

Leite Paraná são ações permanentes de governo. Permitem a segurança comercial que os produtores e indústrias desejavam para investir, ampliar e tomar créditos, além de garantir segurança alimentar aos consumidores por causa das exigências sanitárias”.

A 15 minutos de carro de Santa Fé está a Lactícínios Flora, onde Robson atua em outro elo da cadeia produtiva, a indústria. “Não criamos gado, não produzimos leite, não vendemos, não industrializamos, somos os pedagogos que aproximam os elos”. A assistência ao produtor e fornecedores é trabalhada com os programas das linhas de crédito oficiais, como o da inseminação artificial (PIA) e agora o Leite das Crianças, para o fornecimento do produto, que também é entregue para inclusão das merendas escolares do estado e do município.

Altair José de Souza, dono do Lactícínios Flora, cresceu num laticínio, era “queijeiro”.

Trabalhou durante 22 anos na Indústria Líder. Após a crise do café, o leite foi a alternativa de trabalho para a região. Em 2.002, saiu da empresa, abriu o próprio negócio e virou comprador e vendedor de leite, captando e industrializando sete mil litros dia, até chegar à coleta de hoje que transforma em leite pasteurizado, queijos, bebidas lácteas e requeijão. Como profissional do Emater, Robson ajudou no acesso de produtores/fornecedores a cursos e eventos técnicos na área do leite, repasse de informações, créditos rurais, benefícios e inclusão em programas oficiais, além de orientar para

estabelecer padrões e volume do leite, produções constantes, discussão de preços acessíveis.

O filho de Altair trabalha, César, trabalha com o pai, a sucessão familiar não será problema, reconhece Robson, “pois a nobreza do trabalho foi despertada pelo amor próprio do negócio do pai”.

A pouco mais de cem quilômetros de Maringá, em Tapejara, trabalha o zootecnista João Batista Barbi, autor do Pecuária de Curta Duração, destinado a quebrar o círculo vicioso de abates de bois com três ou quatro anos, ocupando grandes áreas para abates precoces, carne de maior qualidade e mais produção.

Em 1995, uma política de governo estadual regionalizou cadeias produtivas e a região de Umuarama ficou com a Bovinocultura de Corte, para desenvolver no Paraná a cadeia de carnes bovinas. O objetivo era abater animais com 13 a 16 meses de idade, trabalhar grupos para abate e venda em grupos aos frigoríficos ou diretamente para as casas de carnes. Com um grupo de produtores de Tapejara foi desenvolvido um projeto piloto que mais tarde ficou chamado de PCD (Pecuária de Curta Duração), receberam sêmen gratuito, botijão de sêmen, verbas para ração e a engorda de bezerros, verba para pequeno confinamento, num total de 20 mil reais. A contrapartida do produtor era treinar filhos para a inseminação, trabalho com o parceiro Senar. Em 1.996, nasceu a primeira geração de Angus com Nelore (antes, era Nelore com Nelore), um ano depois houve o confinamento e os bezerros ficaram gordos, prontos para o abate com peso de boi gordo com 13/16 meses.

A experiência de Tapejara envolveu produtores como Antônio Penasso, 44 anos atualmente, na época recém formado em contabilidade, filho de Nelson Penasso, produtor que demorou a abandonar a cafeicultura e estava prestes a abandonar a pecuária de corte com Nelore comum. João Batista, preocupado com a mudança de rumo na vida dos produtores, atraiu Antônio para o projeto, que logo fez o curso de inseminação, junto com dois primos, elevando o índice de prenhez do rebanho dos antigos 59/60 para 92 por cento em função do manejo, observação do cio e a prática da inseminação. Repasses do touro completaram quase cem por



Família Penasso e Barbi, gerações no campo

cento. Também foram pioneiros no plantio de árvores para sombreamento, plantando o pasto após dois anos, evitando que o gado quebrasse as árvores.

“Nós queríamos evoluir. Ou tecnificávamos a propriedade ou seríamos tratoristas na usina de álcool. O Barbi e a Emater foram fundamentais na decisão. Eles nos ajudam a refletir, aconselham, financiam maquinários. Ajudam até nas questões familiares.

A família Penasso tem atualmente 400 cabeças, arrenda 30 alqueires de terras para o plantio de mandioca, trabalha com tecnologia, há três anos também aderiu à ovinocultura. Pai, filho e neto trabalham juntos.

João Batista Barbi comprova na sucessão familiar a “realização do sonho do abate precoce, a continuidade dos negócios no campo, a identificação de avô e neto com o trabalho de cada um. São profissionais, participam de cursos, assistem palestras, compram terras para ampliar atividades, mesmo com o custo caro das terras na região. A família decide em conjunto. A família tem amor à terra”.

Em outubro de 1.997 a Emater promoveu Dia de Campo em Tapejara para a discussão da metodologia de extensão rural com produtores de todo o Paraná, na época marginalizados e espalhados pelo estado em pequenos núcleos. Participou grupo de Guarapuava, que já produzia o novilho precoce, até 24 meses. O resultado foi a formação da primeira aliança mercadológica, com 14 produtores e comercialização acompanhada pela Emater.

O produtor passou a negociar direto com açougues e supermercados. O frigorífico era contratado para abater,



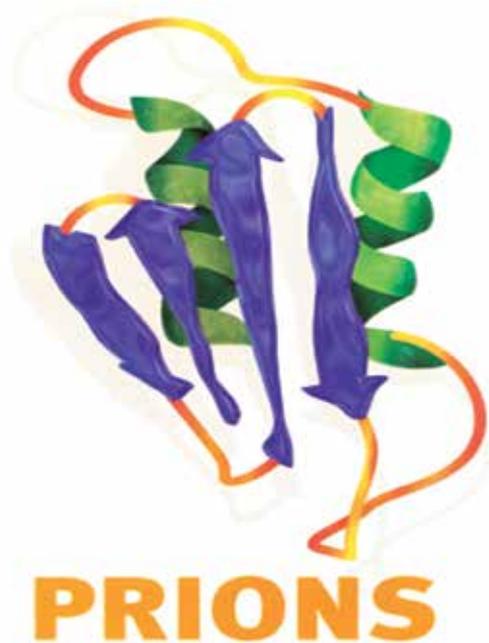
Brangos confinados, abate precoce

resfriar e entregar com caminhão próprio. O produtor recebia da venda e pagava ao frigorífico. A casa de carne pagava cinco a dez por cento a mais por causa da qualidade. As alianças se espalharam para oito regiões do Estado (Paranavá, Pato Branco, União da Vitória, Maringá, Cascavel e Umuarama, com duas, uma da Sociedade Rural e a outra orientada pelo Emater. Londrina já virou cooperativa). Até 2.003/2.004, as alianças podiam vender 40 animais por ano por produtor, o volume cresceu e foram forçadas a virar cooperativas. União da Vitória continua como aliança. Guarapuava está na Cooperativa Agrária, trabalha carnes nobres, tem parceria com a universidade. Pato Branco comprou frigorífico, abate precoces e bois tradicionais de outros produtores, é o maior abate do estado. ●



Três gerações da família Penasso

Encefalopatia Espongiforme Bovina



A Doença

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (**BSE** – bovine spongiform encephalopathy), juntamente com a Scrapie, que acomete ovinos e caprinos, a Doença Crônica Debilitante em ruminantes selvagens e a Doença de Creutzfeldt-Jakob, que ocorre em seres humanos, compõem um grupo de doenças denominadas Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (**EETs**) ou **doenças priônicas**. As EETs caracterizam-se por serem doenças infecciosas progressivas, neurodegenerativas, com predominância para o sistema nervoso central, com longo



Distribuição geográfica de países que reportaram casos confirmados de BSE desde 1989
Obs. Notar que o Brasil já consta como país com caso autóctone de BSE
Fonte: OIE, dezembro 2012

período de incubação (média de 4 a 5 anos), evolução lenta e por serem fatais.

Os primeiros relatos de BSE datam de 1986 no Reino Unido. Desde então, até dezembro de 2012, já foram confirmados 184.619 casos de BSE no Reino Unido e outros 5.545 casos em outros 24 países, incluindo o caso brasileiro, totalizando 190.164 casos declarados à OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) em todo o mundo (Figura 1).

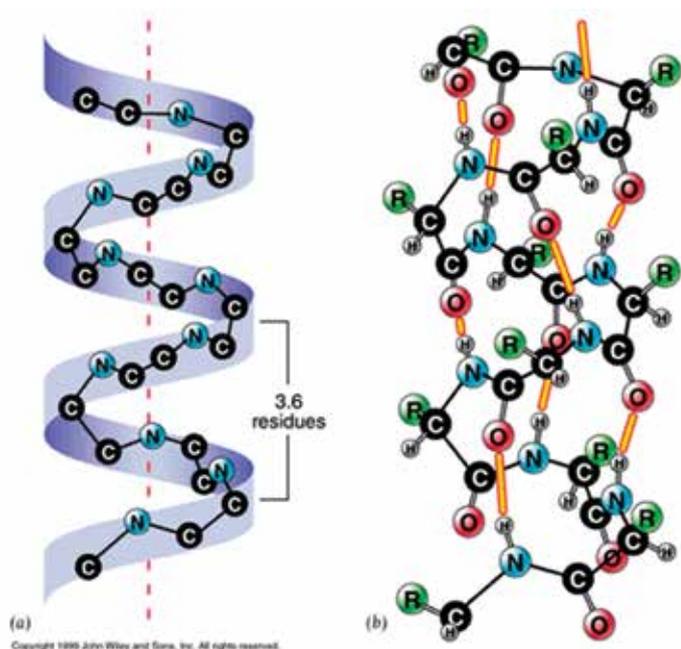
Após os estudos que identificaram a etiologia e as formas de transmissão foram adotadas medidas de mitigação de risco que culminaram com a queda vertiginosa no número de novos casos. Em 1992, a incidência da doença atingiu o seu pico máximo ($n=37.280$ novos casos). Desde então, o número de notificações de BSE vem reduzindo ano-a-ano. Em todo o ano de 2012, até o final de primeira semana de dezembro, haviam sido declarados apenas 1 caso de BSE no Reino Unido e outros 10 casos em 7 países do mundo, incluindo o recente caso brasileiro (Figura 2).

O Agente

Diferentemente de todos os outros casos de doenças infecciosas com os quais estamos habituados a trabalhar, a BSE não é ocasionada por um micro-organismo como vírus, bactéria ou protozoário. O agente etiológico da BSE é uma proteína transformada denominada de príon, destituído de ácido nucleico (DNA ou RNA).

A proteína priônica celular, denominada **PrPc**, é encontrada intercalada à membrana citoplasmática de alguns tipos de células, destacando-se neurônios e também linfócitos, e desempenha importantes funções biológicas e bioquímicas no contexto do ciclo e da biologia celular. A PrPc já foi identificada em células da maioria dos mamíferos, incluindo o homem. Essa proteína, assim como a grande maioria das nossas proteínas celulares, apresenta-se em sua estrutura secundária na forma de alfa-hélice (isoforma normal) (Figuras 3 e 4). Essa forma é susceptível à ação de proteases, ou seja, ela é degradada. Porém, por um provável processo de mutação a estrutura secundária da PrPc pode adquirir a conformação secundária de folha beta pregueada (isoforma anormal ou patogênica) (Figuras 5 e 6). Nessa conformação a proteína priônica é resistente à proteólise, por exemplo, com proteinase K que é uma potente enzima proteolítica. Quando na forma beta-pregueada a proteína priônica não mais exerce as suas funções regulares, acumula-se no citoplasma celular, ocasionando efeito tóxico, que culmina com a morte do neurônio no SNC.

Essa forma, denominada patogênica e reconhecida pela sigla **PrPSc** (termo advindo de proteína priônica Scrapie) tem ainda



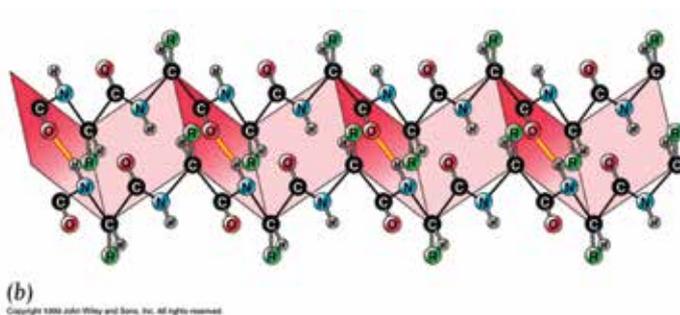
Estrutura secundária de proteína em alfa-hélice

a capacidade de se ligar a proteínas priônicas convencionais (PrPc / conformação alfa-hélice) e transformá-las em proteínas priônicas patogênicas (PrPsc / conformação beta-pregueada). Com isso, inicia-se um processo em cadeia ou cascata no qual as PrPc transformam-se em PrPsc que são patogênicas (Figura 7). Esse processo leva à destruição gradativa dos neurônios. Com a lise neuronal, formam-se grandes vazios no tecido do sistema nervoso central. Na histopatologia observam-se grandes “buracos” no tecido nervoso que, por assemelhar-se a uma esponja, gerou a denominação espongiiforme (Figura 8).

A forma patogênica da proteína priônica (PrPsc) pode ser transmitida pela via oral. A principal forma de transmissão, e que ocasionou os surtos de BSE em países Europeus, foi a alimentação de ruminantes com proteínas de origem animal a partir de farinhas de carne, osso e sangue contaminadas com a PrPsc provenientes de animais infectados. Após o banimento da inclusão de proteína animal em rações de ruminantes a incidência de BSE na Europa e em todo o mundo vem declinando ano após ano. Essa forma de BSE ocasionada pela transmissão via oral é denominada **BSE clássica ou típica**.

Porém, a partir de 2004, começaram os primeiros relatos de **BSE atípica**. Essa forma de apresentação, muito provavelmente, não deve-se à ingestão de PrPsc como na BSE clássica, mas sim a um processo de mutação espontânea. Existem diferenças histopatológicas, imuno-histoquímicas e no fenótipo bioquímico da PrPsc identificada na BSE clássica e na BSE atípica.

Já foram descritas duas cepas distintas em príons causadores de BSE atípica. Em função da massa molecular da proteína elas foram denominadas PrPsc **tipo H** (higher ou proteína com massa molecular maior) e PrPsc **tipo L** (lower ou proteína com massa molecular menor). Em todo o mundo, já foram descritos mais de 50 casos de BSE atípica. Os principais casos mais



Estrutura secundária de proteínas em folha beta-pregueada

recentes, incluindo o caso de 24 de maio de 2012 que ocorreu nos Estados Unidos da América, foram classificados como BSE atípica. A identificação de BSE atípica, além das características já relacionadas anteriormente, é fundamentalmente realizada pela técnica denominada western blot ou immunoblotting utilizando anticorpos monoclonais específicos para as cepas priônicas tipos H e L.

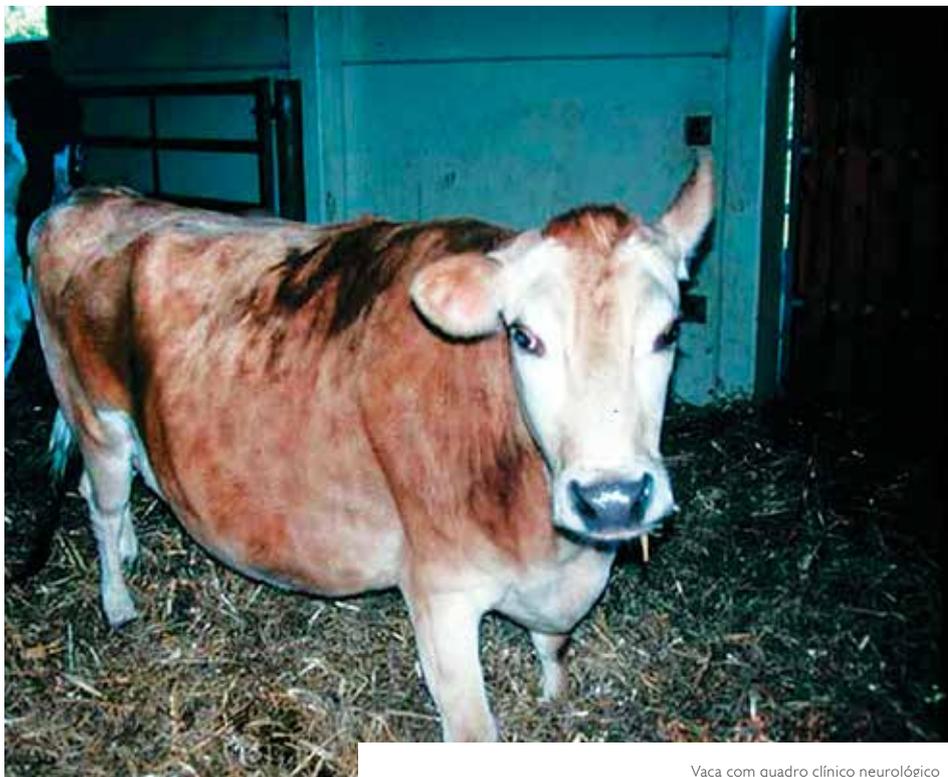
Saúde Pública

Atualmente, a principal doença priônica em seres humanos é a Doença de Creutzfeldt-Jakob ou **CJD** (Creutzfeldt-Jakob Disease). Tradicionalmente, a CJD é uma doença debilitante, neurodegenerativa que compromete indivíduos com idade superior a 60 anos. Até 1996 eram descritas 3 formas de CJD denominadas como **CJD esporádica**, de origem desconhecida, porém provavelmente causada por mutação espontânea; **CJD familiar** (origem genética e hereditária) **CJD iatrogênica** (adquirida por meio de transplantes de órgãos). Em 1996, casos de CJD foram descritos em indivíduos jovens (17 – 20 anos). Esses casos foram ocasionados por cepas de príons distintas daquelas que ocasionam as formas clássicas e conhecidas da doença. Na década de 90 foi descrita uma forma **variante de CJD**, denominada **vCJD** que tem como característica principal acometer indivíduos jovens, ser de evolução longa, apresentação rara e fatal. O consumo de carne de origem bovina contaminada com o agente da BSE tem sido fortemente vinculado à ocorrência de vCJD. Características químicas e bioquímicas revelaram que o príon causador da vCJD é muito semelhante ao príon da BSE. Com isso, a BSE, que já tinha impacto em saúde animal, adquiriu também grande impacto em saúde pública por, provavelmente, constituir-se em uma zoonose.

Considerações sobre o caso brasileiro de BSE

Este caso é tratado pela OIE como o primeiro caso declarado e confirmado de BSE no Brasil. A definição de tratar-se de um caso de BSE clássica ou de BSE atípica somente poderá ser concluída após o resultado final da técnica de western blot, a ser realizada pelo laboratório de referência da OIE (Animal Health and Laboratory Agency).

As notícias veiculadas na imprensa de que o caso de Sertanópolis / PR trata-se de BSE atípica fundamentam-se em vários aspectos que não coadunam com BSE clássica tais como: animal já em idade muito avançada (12-13 anos); animal sempre



Vaca com quadro clínico neurológico

criado em regime de pastagem; rápida evolução do quadro clínico (36-48 h segundo informações do tratador); ausência de lesões histopatológicas compatíveis com aquelas frequentemente encontradas nos casos de BSE clássica. Essas evidências sugerem que não estamos diante de um caso de BSE clássica, porém a confirmação somente será possível após a conclusão da técnica de western blot que permitirá definir qual a cepa de príon (clássica ou tipos H ou L) foi encontrada no animal. Entretanto, considerando os aspectos relacionados anteriormente, a hipótese mais provável é que mesmo diante de marcação priônica positiva em um bovino autóctone esse animal não deve ter morrido por BSE. Ou seja, a causa mortis deve ter sido outra que não a BSE.

Com relação à saúde pública não há qualquer comprometimento uma vez que o animal, logo após a retirada do encéfalo, foi enterrado na propriedade. Com isso, fica excluída a possibilidade de que esse animal tenha entrado na cadeia alimentar de seres humanos e mesmo de animais ruminantes.

Com relação à classificação de risco para BSE a OIE classifica os países em três níveis: i) **Risco Insignificante** ou Desprezível; ii) **Risco Controlado**; iii) **Risco Indeterminado**.

Observa-se que na classificação da OIE não existe país livre de BSE como é o caso da classificação para Febre Aftosa, por exemplo. Ou seja, o risco de BSE sempre pode haver e nunca deve ser desprezado.

O Brasil, até maio de 2012, estava classificado na categoria de países com Risco Controlado. Países com essa classificação sofrem barreiras sanitárias para exportação de produtos e subprodutos de origem bovina. Após a implantação de uma série de medidas de mitigação de risco, em 22 de maio de 2012, o Brasil atingiu o status de país com risco insignificante, ou seja país com o mais baixo risco.

De acordo com a nota oficial da OIE na qual há o relato da confirmação de BSE no Brasil, imediatamente o país não terá a sua classificação de risco alterada. Análises nesse sentido deverão ser conduzidas posteriormente após a definição da cepa priônica infectante, das ações governamentais no sentido de mitigação de risco entre outros aspectos que deverão ser analisados. Vale lembrar que os Estados Unidos também mantiveram a sua classificação de risco (Insignificante) após o caso de BSE de

maio de 2012, onde foi confirmada a presença de BSE atípica.

Fato que merece destaque nesse caso de BSE identificado no Brasil foi a ação dos órgãos oficiais de defesa sanitária animal. Simplesmente exemplar. Vale ressaltar que a profissional médica veterinária do Serviço de Defesa Sanitária de Sertãoópolis atuou imediatamente. A necropsia foi realizada em um domingo, fato que demonstra a responsabilidade exemplar da técnica. Houve um contratempo com relação ao intervalo de tempo entre a morte do animal e o diagnóstico de marcação priônica positiva emitido pelo Lanagro/Recife. Porém, essa demora foi motivada por um incidente em um laboratório que resultou em acúmulo de trabalho em outro. Vale ressaltar ainda que o material não entrou como prioridade máxima para a realização dos exames complementares, pois a histopatologia foi negativa. Após a confirmação, tanto os técnicos do MAPA quanto da ADAPAR atuaram imediatamente no sentido de rastrear o caso e definir alguns parâmetros epidemiológicos. Assim, como esperado nessas situações, pudemos observar transparência em todas as ações oficiais que culminaram com a declaração emitida pelo MAPA na manhã de 07 de dezembro de 2012 declarando o caso à OIE e informando à toda a população brasileira. ●

Fontes:

www.oie.int
www.who.int
www.agricultura.gov.br

Prof. Dr. Amauri A. Alfieri

Membro do Comitê Científico
 Consultivo para as Encefalopatias
 Espongiformes Transmissíveis do
 Ministério da Agricultura, Pecuária e
 Abastecimento.
 Prof. Associado da Universidade
 Estadual de Londrina
 Pesquisador IA do CNPq

Tecnologia eleva valor genético



Foto: Jairo Frare

Campeão da raça Brahman, Animal dócil

O médico veterinário Jairo Frare trabalha em Cascavel na multiplicação genética de animais através da inseminação artificial, transferência de embriões ou fecundação in vitro, em busca de animais de qualidade, pedigree superiores e de alto valor genético agregado. Proprietário da Santa Clara, primeira clínica e hospital veterinário com banho e tosa da cidade, pioneiro em ultrasonografia e radiologia em pequenos animais, também foi pioneiro nos processos de ultrasonografia reprodutiva (sexagem fetal) em animais de grande porte no Paraná, na região de Araçatuba (interior de São Paulo), e no Paraguai. Um dos responsáveis pelo avanço e melhoramento genético no país vizinho ("a carne produzida tem melhor preço do que a nossa"), onde presta serviços há 23 anos e introduziu a Fecundação In Vitro, ultrasonografia reprodutiva, sexagem, entre outras técnicas. O registro no Ministério de Agricultura e Ganaderia é o de número 1123. No Paraná é o 2102. Inquieto, já pensa no futuro, trabalhando os marcadores moleculares, que ajudam a selecionar o que determinado animal tem de melhor na carga genética, que se torna viável com o avanço da biologia molecular.

Três anos após se formar (julho de 1986) em Lages, Santa Catarina, fez curso de transferência de embriões em Brasília -

DF e começou a trabalhar a técnica para coletar, selecionar e implantar embriões via cervical abrindo mão da técnica cirúrgica de transferência utilizada na época. Coletava-se duas vacas por dia, trabalho considerado muito difícil. Com o cruzamento industrial na moda e as raças européias em ascensão, publicou e lançou um sistema (sistema Frare) que transformou a técnica de transferência de embrião, com a coleta de doadoras com intervalos inferiores a 35 dias através do uso de dispositivos de progesterona ("CIDR"). Até então, a técnica permitia coleta a cada 90 dias, máximo de três por ano. A novidade permitiu oito coletas por ano, mesmo intervalo, sem prejuízos para a doadora e com uma produtividade muito superior. Este trabalho tem citações na Alemanha, Argentina e outros países.

Com isto, o trabalho de Jairo Frare se espalhou rapidamente de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, para o interior de São Paulo. Em 2005, montou laboratório de FIV em Cascavel, junto à clínica. Em sociedade com Joaquim Mansano Garcia (professor da UNESP Jaboticabal), montou o primeiro laboratório de fecundação in vitro no Paraguai, instalado em Pedro Juan Caballero. Depois, outro em Assunção, com a criação da empresa Embryopar. Chegou a efetuar mil coletas por ano, evoluindo rapidamente de 60 anuais para 250 e 500 no período



Jairo Frare e o campeão da raça Brahman, CBC Mr. Chaco Evoke 546

de quatro anos (com o uso da técnica Frare), trabalhando com animais de leite e corte. Hoje aposta na produção de embriões FIV – leite sexado, trabalhando rebanhos leiteiros da região, com a função de multiplicar a qualidade genética e quantidade de animais leiteiros, pois a produção é excelente no Oeste do Paraná. A técnica de coleta tradicional de embriões é substituída rapidamente pela facilidade da fecundação in vitro e utilização eficiente do sêmen sexado, escolhendo-se o sexo já na fecundação, com melhora também do resultado reprodutivo da vaca leiteira.

Jairo Frare é natural de Concórdia, Santa Catarina, tendo vindo morar em Cascavel em 1965 quando seu pai, André Roberto Frare, decidiu aventurar no oeste do PR em busca de melhores oportunidades e estudo para os 5 filhos. Vendeu jornais e engraxou sapatos nas ruas de Cascavel, sempre estudando em escolas públicas. Quando passou no vestibular para medicina veterinária, a família se uniu e sustentou com dificuldades os estudos em Lages, Santa Catarina. É irmão do vereador eleito Luís Frare, “um dos mais votados por causa de seu trabalho honesto na secretaria de Fazenda do município de Cascavel por 8 anos, gastando pouco para se eleger”, faz questão de destacar.

Crítico do excesso de faculdades de Medicina Veterinária, considera que a remuneração não atrai bons mestres e os alunos não correspondem por causa do tipo de educação básica de má qualidade que recebem desde os primeiros anos escolares. Seu filho Matheus, 19 anos, optou pela medicina (terminando segundo ano na FAG), embora reconheça e se orgulhe dos méritos na carreira do pai, influenciado pelo bom momento da saúde na cidade, com várias especialidades, transplantes e

diversos hospitais de qualidade. Fiel aos conceitos pessoais que o transformaram numa referência da Medicina Veterinária brasileira Jairo aconselha o filho a estudar muito e se dedicar “para ser bom médico, não apenas ganhar dinheiro com a medicina”. Já a filha Letícia Elen, 14 anos, anseia seguir os passos do pai e “assumir com eficiência” a clínica, quando se formar veterinária. Hoje quem administra a empresa, em tempo integral, enquanto Jairo cuida dos trabalhos externos, é a dedicada esposa, Tânia.

A Santa Clara Genética, especializada em sêmen e embriões, ocupa o segundo andar da Clínica e Hospital Veterinário Santa Clara. Ali, os interessados podem procurar coleta e transferência de embriões, ultrassonografia e sexagem fetal, aspiração folicular, fecundação in vitro, congelação de sêmen, exames andrológicos e ginecologia.

Jairo Frare é apaixonado por bovinos e é criador das raças Simental e Brahman, fazendo parte do Condomínio Brahman Chaco. É mentor e participante do “Projeto Criar”, grupo de técnicos e produtores de Cascavel que coloca em prática programa para produção em escala de animais cruzados e superiores geneticamente, por inseminação artificial por tempo fixo ou monta natural. O pagamento dos serviços é através de bezerros desmamados do próprio programa, ou seja, a moeda de troca é a própria produção, bezerros desmamados, oriundos do trabalho, filhos da inseminação ou dos touros de repasse. O produtor que participar economiza mão de obra, aquisição de sêmen ou touros, introduz genética superior no plantel, paga com bezerros nascidos desmamados e recebe assistência técnica de elevado nível. Informações santaclara@santaclaragenetica.com.br, fones (45)3226-6161. ●

Queijos e carnes de ovelha especiais



Augusto Copetti, médico veterinário

As terras do Oeste do Paraná são altamente agrícolas, soja, trigo e milho predominam nas lavouras. As pecuárias de corte e leite são importantes, uma pelo desenvolvimento genético, com elevado valor agregado, a outra por produtividade e também por causa da qualidade genética. Os leilões de touros são importantes, os animais custam caro, a transferência de embriões e a fecundação in vitro já são rotina na vida dos produtores.

Mas, numa chácara de 12 alqueires, a 12 km de Cascavel, na estrada duplicada que leva a Toledo, o médico veterinário Luís Augusto Copetti, 25 anos de profissão, é o responsável técnico pela multiplicação de ovelhas da raça francesa Lacaune e a raça leiteira alemã East Friesian, com animais comprados este ano na Nova Zelândia. A transferência de embriões e o cruzamento das raças permite a produção de leite para queijos especiais e borregos para abate precoce.

A história começou há cinco anos. Um bioquímico de Cascavel, que faz palestras pelo mundo, experimentou queijo de ovelha em Portugal e decidiu produzir no Paraná. O médico veterinário Copetti trabalhava com transferência de embriões e aceitou o desafio. Fez curso em Viçosa para reprodução de ovinos e a produção de queijo e leite de ovelhas começou com a compra de 26 ovelhas e um macho da raça Lacaune. Hoje, são 622 ovelhas em reprodução. Neste ano, compraram 256 embriões East Friesian, na Nova Zelândia, 250 dólares

cada um, e o cruzamento rendeu 190 borregos. As fêmeas, que chegam a cinco mil reais cada, são matrizes leiteiras, os machos vão para abate como cordeiros precoces e rendem produtos da marca "Baby Sheep", vendidos na região. O abate de 30/40 cabeças por semana é feito em frigorífico próprio toda quarta-feira. O macho é abatido entre 90/cem dias e rende até 35 quilos.

A vida normal da ovelha permite um cordeiro por ano. A técnica utilizada por Luís Augusto Copetti permite três cordeiros a cada dois anos. O aprisco é fechado com cortinas, diminui a luminosidade, vem o ciclo porque os dias ficam mais curtos. A outra técnica é o implante vaginal. Dez a 12 embriões são coletados a cada quatro meses em grupos de 15 ovelhas. O leite produzido é só para queijo. Três tipos de alto valor agregado resultam do trabalho, cujas marcas registradas são Emiliano, Siciliano e Feta, considerados de sabor nobre, com preços acima de 80 reais o quilo. Cada queijo tem uma fórmula. Cada ovelha dá um litro de leite por dia, a cada quatro litros, um quilo de queijo. A proporção nas vacas é de oito a dez litros por quilo de queijo. A produção é de 72 quilos por semana. A produção de queijos e carne é vendida na região. A lã não tem valor de mercado e é doada para instituições de caridade. A especialização valoriza o profissional Luís Augusto Copetti. Os convites para assistência técnica são diários. Na propriedade, desenvolve o gosto de ensinar e utiliza estudantes da escola veterinária próxima para auxiliar nas tarefas enquanto explica etapas de inseminação, manejo e transferência de embriões. Ensina que o médico veterinário sempre precisa buscar técnicas novas, para o benefício da profissão e do trabalho específico. Mas está preocupado:

-Recebo estudantes de diversas escolas e a qualidade desse aluno não me agrada. O compromisso com o aprendizado não me agrada. Mas se o professor aperta as reações são aceitas com rapidez e é fácil correr abaixo-assinado para mudar o seu comportamento e até afastá-lo. O professor não cria vínculos com as escolas do interior. O de patologia clínica vem, dá o curso e vai embora. Não podemos formar profissionais tradicionais. O médico veterinário participa de etapas fundamentais nos processos de evolução genética de animais e da segurança alimentar, não deve chegar ao mercado de trabalho sem esta visão, do profissional inquieto e moderno. ●



Foto: Divulgação

A Educação do Capataz na preservação do meio ambiente



Especificamente no norte do estado do Paraná foi detectada uma grande necessidade pela qualificação da mão de obra rural, principalmente na agropecuária que gera reflexos sobre o meio ambiente. Os trabalhadores, conhecidos como capatazes, peões ou vaqueiros, frequentemente têm baixo grau de escolaridade, quando não, são analfabetos funcionais podendo causar prejuízos ao produtor, originando alguns gargalos como: morte dos animais por indigestão, devido ao excesso de ração administrada; castração errônea de bovinos machos; administração de medicamentos sem o devido cuidado de antissepsia, ou sem a correta interpretação e entendimento da prescrição profissional; descarte incorreto de carcaças, dejetos e medicamentos vencidos, levando a contaminação do solo e águas.

A motivação de tal desafio, ou seja, através do programa em questão, se deu em função de que os encarregados da lida com o gado nas propriedades rurais, uma importante função rotineira e ininterrupta, quase nunca são treinados e orientados. Com essa premissa é notório que haverá progresso na busca de um melhor manejo dos animais evitando traumas e contusões; ambientes rurais mais saudáveis com gerenciamento de resíduos de origem biológico, animal ou humano, orientação da destinação adequada de cadáveres, carcaças e dejetos, assim como dos produtos químicos, físicos ou inertes evitando a contaminação do solo e das águas, manutenção de recursos hídricos, manutenção de áreas de florestas, correta destinação do lixo produzido e acumulado nas pequenas propriedades e entorno, a prevenção de doenças específicas transmitidas dos animais ao homem, as conhecidas zoonoses e evitando as tão temidas queimadas .

Outro problema comum são as chamadas "farmacinhas veterinárias" que consistem em um arsenal de medicamentos e produtos de uso veterinário e que são adquiridos facilmente sem receita e muitas vezes usados de forma inapropriada e impactante. Muitos produtos não são corretamente utilizados e descartados por falta de orientação básica.

Por essas e outras razões, agregar ensinamentos a esses trabalhadores que atuam na linha de frente das propriedades rurais representa aplicar, na prática, o conhecimento como forma transformadora, melhorando o rendimento dos serviços e a preservação do meio ambiente, motivados pela educação.

Num ambiente rural de criação de animais de produção é comum perceber algumas ações sendo efetuadas, apesar de serem feitas com boa intenção, baseadas apenas no empirismo dos capatazes. Toda crença é merecedora de consideração, mas disseminar conhecimento educacional, ambiental e científico ainda representa progresso nos

ensinamento profissional ao ser humano, sobretudo para se evitar tentativas infrutíferas que podem expor os animais aos maus tratos, pela desinformação da mão de obra rural ou causar surtos alimentares pela falta de higiene.

Metodologia

No Brasil, onde ainda persiste perto de 20% de analfabetos, proporcionarmos ensinamentos, por mais simples que sejam ainda representam um importante auxílio no combate a ignorância. O mecanismo de repassar conhecimentos faz com que a comunicação entre pessoas continue sendo a forma mais simples, porém imprescindível de combater os vícios e erros. Muitos desses aspectos de pouco amparo técnico ainda permanecem no meio rural, tornando-se imperioso o trabalho de educadores junto aos que militam nas propriedades rurais.

O Programa em questão, denominado PROGRAMA CAPATAZ, prevê uma breve exposição teórica para maior interação humana. Nas respectivas sedes dos sindicatos rurais patronais colaboradores, a fim de todos se conhecerem; descontraindo os participantes para evitar a silenciosa competição entre os próprios capatazes, bem como evitar as barreiras virtuais entre o homem prático do campo versus à ciência e conhecimento do médico veterinário. Com isso trabalhado, serão apresentados os objetivos dos treinamentos, de forma pormenorizada e orientação individualizada, se for o caso.





Foto: UEL

Treinamento

As experiências adquiridas pelos anos de atividades em projetos de extensão desenvolvidos oficialmente na UEL; além do reconhecimento da demanda existente com a necessidade de ensinar os trabalhadores rurais, com específicos treinamentos, impulsiona a ação prática a ser irradiada nos treinamentos.

Será possível uma permuta entre o que é tradicional e o que é conhecimento acadêmico, somando-se algumas situações práticas onde se busca a melhor efetividade para se resolver os problemas da pecuária e de impactos ao meio ambiente.

Assim sendo, após se esgotarem as dúvidas teóricas e as diferenças de coletividade as atividades práticas serão realizadas em propriedades rurais selecionadas pelo sindicato patronal, onde se pretende demonstrar ações de melhor manejo dos animais, seja nas invernadas ou mesmo nas instalações de trabalho do gado ou rebanho (curral, tronco, brete, etc.) e de gestão ambiental. O projeto também visa orientar particularidades sobre os medicamentos veterinários existentes nas propriedades rurais, visando economia e praticidade.

Resultados Esperados

Para essa finalidade específica, tais ações prospectivas, devem ser planejadas buscando o treinamento dos capatazes para aprimorar os serviços rotineiros na lida do gado, outras derivações da

pecuária e no meio ambiente. Além disso, é necessário que se aplique os conhecimentos adquiridos na rotina das propriedades rurais, promovendo mudanças e despertando ainda mais o interesse prático e econômico, com valorização desta importante especialidade no meio rural. Essa tônica prática servirá também para demonstrar a importância da existência e da padronização da farmacinha veterinária nas propriedades rurais, com controle e sustentabilidade de produtos e medicamentos, alguns precisando ser controlados. Através de uma educação ambiental, buscar a sensibilização das pessoas para as necessidades mais urgentes de conservação do meio em que estão inseridas.

Pela longa atuação extensionista, o Departamento de Clínicas Veterinárias da Universidade Estadual de Londrina, vem reconhecendo o diagnóstico de algumas situações a serem corrigidas, promovendo um trabalho educativo de cunho prospectivo, razão pela qual nasceu o Programa Capataz. A finalidade precípua é a disseminação de conhecimento técnico e científico, que possibilitará minimizar perdas no manejo do gado e rebanho e conhecimento ambiental que diminuirá o impacto no meio ambiente, por promover qualificação da mão de obra rural, em especial os capatazes. Trabalhando com respeito às tradições e com linguagem comum de aprendizado é possível ter os trabalhadores rurais como verdadeiros aliados à bem do empreendimento que atuam. Os avanços previstos são concernentes com a eliminação parcial e/ou total dos prejuízos aos produtores

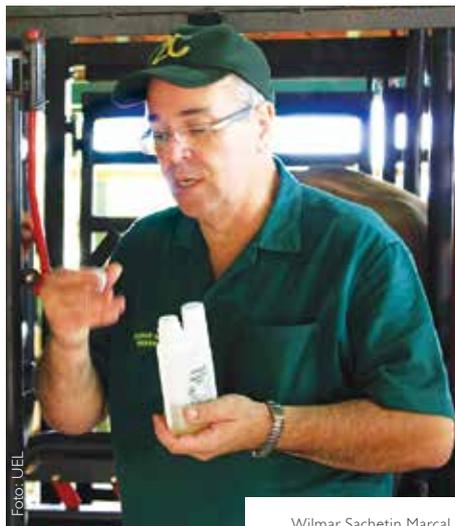


Foto: UEL

Wilmar Sachetin Marçal

rurais, corrigindo erros e/ou vícios, junto com a utilização correta dos recursos naturais e sua preservação.

Vale destacar também que o desenvolvimento conjunto das atividades no seu eixo prático concorrerá de forma progressiva e construtiva para a melhoria da formação profissional dos estudantes de graduação envolvidos. Coaduna com esse propósito o fato da aproximação dos estudantes (futuros profissionais) com os capatazes, pois em algumas localidades ainda há receios de convívio, sobretudo pela experiência do capataz em contraste com a incipiente vida de formado do médico veterinário. Ademais os estudantes encontrarão aspectos antigos de condutas práticas podendo conhecer, respeitar e corrigir aqueles tópicos que a ciência já demonstrou conhecimento pleno, adquirido por eles nos bancos universitários.

Conclusões Parciais

Até ao momento, visando o efeito multiplicador, as disseminações teóricas-práticas já foram feitas em cinco diferentes localidades do estado, especificamente aos alunos do curso técnico em agropecuária, nos Colégios Agrícolas, nas cidades de Cambará, Santa Mariana, Apucarana, Arapoti e Campo Mourão.

O efeito multiplicador dos conhecimentos será ainda mais motivado pela distribuição do aprendizado a partir dos encarregados rurais aos seus respectivos pares subordinados. Formar lideranças qualificadas representará a disseminação do conhecimento em escala geométrica, cujos resultados irão agregar ganhos reais a toda cadeia produtiva da pecuária bovina. ●

Wilmar Sachetin Marçal¹

Médico veterinário, mestre em Patologia Bovina, Doutor em Clínica: Fisiopatologia Médica, Professor do Curso de Medicina Veterinária, Universidade Estadual de Londrina

Beatrice Morrone Lima²

Acadêmica do curso de Medicina Veterinária da Universidade Estadual de Londrina

Endereço(1): Caixa Postal 6001, cep: 86051-970, Londrina – PR. Autor para correspondência. E-mail: wilmar@uel.br

Animais selvagens



Médico veterinário Paulo Rogerio Mangini em pesquisa

O médico veterinário Paulo Rogerio Mangini quer atualizar pesquisa feita no Parque Nacional do Superagui sobre o uso dos recursos naturais pelos pescadores e como esses se relacionam com o meio ambiente. A pesquisa foi trabalho de doutorado e se concentrou nos efeitos sobre diferentes status de saúde para aves selvagens, como sabiás, tiés-sangue e outros passeriformes. Conforme as comunidades usam recursos naturais próximos as suas vilas (madeira, frutas) e a circulação de animais domésticos nas áreas de floresta, isso altera a biodiversidade e o estado de saúde das aves, observando-se maior número de parasitas, em quantidade e diversidade quando o número de espécies de aves é menor em uma determinada comunidade.

Paulo Mangini é especialista em animais selvagens, “área onde o profissional atua por vocação, para trabalhar com espécies que permitam descobertas, intuir, experimentar, deparando-se às vezes com animal raro, porque o nível de informação é nulo ou pequeno. Os recursos são baixos, é difícil para o profissional se manter, os espaços entre os trabalhos são grandes e leva muito tempo para se sentir confortável nesse campo de atuação. No caso do retorno da nossa pesquisa para o Superagui, a minha irmã, que também é médica veterinária e trabalhou na pesquisa, participou atualmente do plano de manejo do parque junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)”.

Consultor Ambiental, Paulo faz também planejamentos de resgate de fauna, diz quais espécies e como resgatar, resgata e diz para onde levar os animais. A operação é comum quando empresas de energia constroem usinas hidrelétricas e grandes áreas são inundadas. “As empresas do setor energético investem

porque as leis exigem, os impactos das obras sobre a dinâmica ecológica são maiores” Mas o que se observa na atualidade é que não existem recursos para investigar saúde de fauna em vida livre, e por consequência não há pessoal suficiente porque não há muitos recursos disponíveis, via de regra o dinheiro vem de fora quando surgem operações de resgate é difícil montar equipes com pessoal experiente no trabalho de campo com animais selvagens.

Paulo Mangini se graduou médico veterinário em 1.994, é mestre em Ciências Veterinárias e é doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, todos pela Universidade Federal do Paraná. Desde a formatura se envolveu com manejo e medicina e manejo de animais selvagens em cativeiro, e pesquisas com animais em vida livre. Trabalha com mamíferos selvagens como antas, queixadas, onças e aves florestais e marinhas.

As informações sobre antas, por exemplo, eram raras, nada se sabia como estudar, como capturar, ou como anestesiá-las, em vida livre. Mangini ficou 12 anos no interior de São Paulo e desde 2.008 no Pantanal Sul Mato-grossense: “Em vida livre o animal é muito diferente, não está acostumado com as pessoas. Fica tenso na armadilha,. No cativeiro, é mais dócil. Precisávamos instalar rádios para saber onde andavam as antas e obter informações para avaliação epidemiológica. Em função desse trabalho, depois de enfrentar mosquitos, mutucas, capins que raspam e cortam, sem os recursos do consultório, e só com o que se leva na mochila, hoje existem informações sobre as antas em vida livre, além de manuais e outras informações sobre conservação e saúde dessa espécie. O que reflete a obrigação ética do médico veterinário repassar para outras pessoas o que aprende”. ●

Palavra da Diretoria

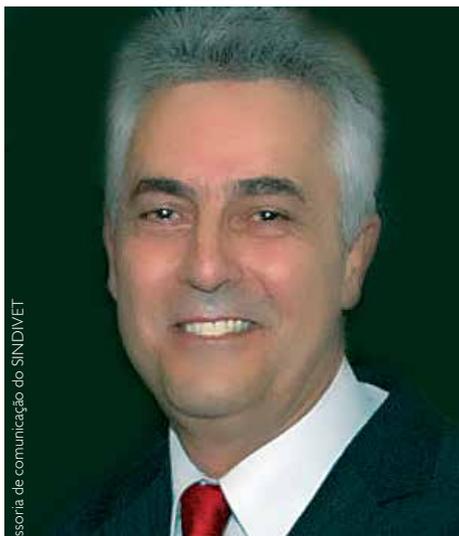


Foto: Assessoria de comunicação do SINDIVET

Cezar Amin Pasqualin (Presidente do SINDIVET-PR)

A Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (SINDIVET/PR) agradecem a todos os colegas e entidades parceiras pelos trabalhos e resultados conjuntamente alcançados no ano de 2012.

A gestão 2011-2013 dará o andamento necessário aos atos já desenvolvidos e prosseguirá na mesma linha de atuação, defendendo iniciativas que atendam às necessidades da classe veterinária.

Para que o SINDIVET/PR continue cada vez mais representativo, é preciso que tenha força para implementar as políticas necessárias à sua defesa e, somente com seu apoio, será possível alcançar todos os objetivos desta categoria profissional. Portanto, sua participação e o recolhimento da sua Contribuição Confederativa e da Contribuição Sindical são fundamentais para a continuidade das ações previstas no plano de trabalho para 2013.

Unir-se é o COMEÇO, Manter-se juntos é um PROGRESSO, Trabalhar juntos é o SUCESSO.

Nosso trabalho tem sido executado com muita dedicação, profissionalismo e em caráter voluntário. Acredite e participe! Pela Diretoria,

*Cezar Amin Pasqualin (Presidente do SINDIVET-PR)
Gestão 2011-2013*

Principais Ações em 2012

- Valorização da atividade de Responsável Técnico (Educação Continuada):

Após a realização de vários cursos em anos anteriores, montou-se um grupo de estudos visando a formulação de um Plano de Educação Continuada, em parceria com diversas instituições, com o objetivo da valorização de Responsável Técnico, baseado em demandas atuais e futuras, inclusive com interiorização de atividades, como, por exemplo, o curso sobre Agricultura de Baixo Carbono (ABC), especialização em Medicina Veterinária Legal.

- Relacionamento Profissional com Entidades:

Ampliado o relacionamento e parcerias com entidades como Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), Federação Nacional dos Médicos Veterinários (FEVET), Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), Sindicatos de outras categorias profissionais, Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária (SPMV), Academia Paranaense de Medicina Veterinária (ACAPAMEV), entre outras, somando esforços na busca de resultados conjuntos.

- Assessoria Jurídica:

Continuamos aproximando nossos profissionais junto ao Escritório de Advocacia contratado pelo SINDIVET-PR, visando a prestação de serviços sobre aspectos legais que envolvam os profissionais médicos veterinários.

- Valorização Acadêmica:

Deu-se prosseguimento à aproximação junto aos Centros Acadêmicos de Medicina Veterinária, promovendo palestras de apresentação de

experiências profissionais por parte de médicos veterinários, contribuindo, desta forma, com a definição e ampliação do campo profissional.

- Manutenção e Ampliação de Convênios:

Mantidos e ampliados os convênios Unimed; Odontoprev; Improvement (intercâmbio e viagens); Bortolotto Associados (assessoria jurídica); Intervalo Comunicação (assessoria de comunicação) e Proluv Processamentos de Dados (serviços de informática). Destacamos que o convênio Unimed beneficiou 769 vidas (veterinários e familiares).

- Modernização Administrativa:

Disponibilização de mais secretárias para atendimento aos vários serviços e convênios; aquisição de novos equipamentos de informática e mobiliário de escritório. Também foi reformada a sede, visando um melhor aproveitamento de espaço.

- Comunicação e Marketing:

O site do SINDIVET-PR traz constantes atualizações de temas de interesse à classe, assim como os informativos sobre Saúde do Profissional, vinculado ao Plano de Saúde UNIMED, e Destaques Profissionais, com o objetivo de salientar profissionais que se destacaram nas diversas áreas da Medicina Veterinária. Foi contratada a Intervalo Comunicação para prestar serviços referentes à comunicação, visando incrementar e agilizar as informações de interesse da classe médico veterinária. ●

Leucismo em Sabiá-Laranjeira



Foto: Divulgação

Sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*) em atividade de alimentação de filhote no Setor de Ciências Agrárias da UFPR, Curitiba (PR). É possível notar que se trata de caso clássico de leucismo, uma vez que bico, íris, pele ao redor do bico e pés apresentam pigmentação normal, e todas as penas são brancas.

O sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*) é uma ave popular no Brasil, sendo considerada como um verdadeiro símbolo nacional.

A ocorrência de aves com plumagens aberrantes não é um evento raro, embora seja pouco documentado. O leucismo, muitas vezes denominado erroneamente de albinismo, é definido como a perda parcial ou total de melanina, que na natureza ocorre em uma frequência inferior a 1% (Franz e Fleck, 2009). Nas aves essa alteração ocorre nas penas, sendo que bico, olhos, pele e pés geralmente apresentam-se com pigmentação normal (van Grouw, 2006). As causas desse fenômeno não são bem esclarecidas, citando-se influências ambientais, presença de alelos mutantes ou divergências na expressão de genes, que acabam impedindo a pigmentação das penas (Bensch et al., 2000; Gonçalves Junior et al., 2008).

Um espécime de sabiá-laranjeira com todas as penas brancas foi observado no Câmpus I – Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na cidade de Curitiba (PR). Sua identificação foi realizada por meio da morfologia externa, vocalização e da observação da interação com outros sabiás-laranjeiras de coloração normal. Este pássaro realizou pareamento com indivíduo de coloração normal, nidificação com produção de um filhote não leucístico

e foi caracterizado como fêmea. Foi observado durante cerca de um ano e nenhum outro pássaro leucístico foi identificado no mesmo câmpus. Com essas informações seria impossível fazer inferências sobre o modo pelo qual o leucismo é transmitido geneticamente nesta espécie, e há apenas escassos relatos informais da ocorrência de leucismo em sabiás, porém poucas publicações. Na cidade de Curitiba, somente em 1990, Veiga e Pardo relataram um caso de leucismo em um sabiá-laranjeira, que na época foi classificado como albinismo.

As aves portadoras de leucismo tornam-se mais susceptíveis a ataques por parte de indivíduos da mesma espécie, e por este motivo apresentam redução na expectativa de vida (Gonçalves Junior et al., 2008). Além deste fato, o leucismo pode torná-las mais vulneráveis à predação, por permanecerem mais expostas na natureza (Collins, 2003). No presente caso, esse evento não foi observado, visto que o animal convive em harmonia com as aves da mesma espécie, como apontado em alguns casos de leucismo, onde as aves sobrevivem e se reproduzem com sucesso por longos períodos (Forrest e Naveen, 2000).

Os registros do acompanhamento de casos ocorridos na natureza são raros, dificultando maiores investigações. Considerando esse fato, descrevemos um caso em que a referida ave convive com outros indivíduos da espécie, visando à descrição futura dos padrões de comportamento reprodutivo, para avaliação das possíveis causas e efeitos do leucismo. Consideramos importante a diferenciação de leucismo e albinismo na natureza, e o conhecimento de médicos veterinários e biólogos sobre este evento genético ainda desconhecido. ●

Agradecimentos: Aos funcionários da UFPR que auxiliaram na observação do espécime. Ao ornitólogo Pedro Scherer Neto pelos esclarecimentos sobre o caso.

Referências

BENSCH, S.; HANSSON, B.; HASSELDUIST, D.; NIELSEN, B. Partial albinism in a semi-isolated population of great reed warblers. **Hereditas**, v. 133, n. 2, p. 167-170, 2000.

COLLINS, C.T. A leucistic Willet in California. **Western Birds**, v. 34, n. 2, p. 118-119, 2003.

FORREST, S.C.; NAVEEN, R. Prevalence of leucism in pygocelid Penguins of the Antarctic peninsula. **Waterbirds**, v. 23, n. 2, p. 283-285, 2000.

FRANZ, I.; FLECK, R. Dois casos de leucismo em quero-quero *Vanellus chilensis* (Molina, 1782) no sul do Brasil. **Biotemas**, v. 22, n. 1, p. 161-164, 2009.

GONÇALVES JUNIOR, C.C; SILVA, E.A. DE LUCA, A.C.; PONGILUPPI, T.; MOLINA, F.B. Record of a leucistic Rufous-bellied Thrush *Turdus rufiventris* (Passeriformes, Turdidae) in São Paulo city, Southeastern Brazil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v. 16, n. 1, p. 72-75, 2008.

VAN GROUW, H. Not every white bird is an albino: sense and nonsense about colour aberrations in birds. **Dutch Birding**, v. 28, n. 2, p. 79-89, 2006.

VEIGA, L.A.; PARDO, E. Ocorrência de um caso de albinismo em sabiá laranjeira. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, v. 33, n. 2, p. 329-333, 1990.

Amália Turner Giannico | amaliaturner@uol.com.br
Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias - UFPR

Rogério Ribas Lange | Professor DMV-UFPR

Jaqueline Dittrich | Acadêmica de Biologia - UFPR

Leandro Lima | Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias - UFPR

Fabiano Montiani-Ferreira | Professor DMV-UFPR

Inspeção de produtos de origem animal

Na edição da Revista Veja nº 2290, de 10 de outubro do ano em curso, à página 154, o Jornalista J.R. Guzzo apresenta uma crônica com o título “O queijo e a lei”. De maneira simplista e até irresponsável, com uma pontinha de ironia, critica o controle sanitário de alimentos de origem animal, dando destaque para os queijos produzidos em Minas Gerais.

Inicialmente, a nosso ver, o jornalista fez na realidade um desserviço à sociedade, pois quando o assunto é de saúde pública, não devem existir “jeitinhos” e/ou concessões.

O Regulamento da Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal data de 1952 e sofreu ajustes mais recentes. Ao criticar esta regulamentação, o Jornalista está cometendo uma grande injustiça com os profissionais que o elaboraram, pois muito do que foi estabelecido há 60 anos continua sendo verdade em nossos dias. O Brasil sempre foi respeitado internacionalmente pelo controle sanitário de seus alimentos e este controle é assegurado pela nossa legislação.

As leis e os regulamentos que tratam do controle de qualidade dos alimentos, principalmente os de origem animal, determinam que sejam feitas a inspeção sanitária e a industrial, sendo os Médicos Veterinários os responsáveis por estes procedimentos. O objetivo básico de todo este processo é oferecer à população produtos saudáveis, livres de substâncias nocivas à saúde e sem fraudes.

A História nos mostra que esta preocupação com a sanidade dos alimentos ficou evidente ainda no segundo império e o decreto imperial nº 1067, datado de 28 de julho de 1860 criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Na realidade, em 1906, já no regime republicano, é que foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na evolução do processo foi importante a criação, em 1909, da Diretoria da Indústria Animal, responsável pela Inspeção Veterinária. Na realidade, foram implantados um controle sanitário do gado procurando evitar e combater epizootias e uma fiscalização de estábulos, matadouros e frigoríficos. Datam desta época medidas visando a sanidade e higiene do leite e dos seus derivados.

Lembramos ao jornalista que os queijos são alimentos “vivos”, onde a presença de bactérias patológicas pode causar sérios prejuízos à saúde humana. O senhor J. R. Guzzo, autor da matéria que está sendo analisada, provavelmente, não tem idéia das conseqüências que poderiam advir da presença de bactérias tais como salmonelas, pasteurelas ou de clostridium em um queijo. Lembramos, ainda, que a matéria prima para a produção de queijos é o leite (que pode ser de diversas espécies animais) e pode veicular um grande número de patógenos, devendo receber um tratamento adequado na sua transformação.

Informamos ao Jornalista Guzzo que não existe qualquer restrição de consumo dos saborosos queijos produzidos em Minas Gerais (que é o Estado de origem do primeiro autor deste trabalho). Nossas normas exigem a utilização de matéria prima de boa qualidade e que apresente segurança sanitária. No caso do queijo, convém destacar seu consumo em todas as faixas etárias, sendo que as

crianças e os idosos podem sofrer conseqüências mais graves pelo consumo de um produto inadequado, do ponto de vista sanitário.

As críticas ao aspecto e às características do queijo são totalmente absurdas. Na realidade trata-se de uma padronização do produto. É na verdade uma proteção ao consumidor, que quando adquire um determinado produto deve ter a garantia do que está levando para casa. Fazendo um comparativo grosseiro, quando o jornalista Guzzo produz sua crônica para a Revista Veja, recebe informações quanto ao espaço disponível, à separação entre as linhas, o tipo das letras e outros detalhes: isto na verdade é um padrão.

Para se entender a importância dos produtos de origem animal na alimentação deve-se considerar que o homem não pode prescindir da ingestão de alguns destes produtos porque alguns elementos essenciais para o equilíbrio do organismo humano só existem em alimentos de origem animal e não podem ser sintetizados pelo organismo humano. Cabe ao Médico Veterinário zelar para que estes alimentos não sejam fonte de agentes nocivos capazes de comprometer o bem estar de quem os ingerir. Cada vez mais se diz que o Veterinário é responsável pelo produto de origem animal “do campo à boca” – ou como se diz nos Estados Unidos: “from hand to mouth”. Quer dizer, devemos garantir toda a produção animal com boas condições de sanidade e de higiene. Em uma nova etapa, o Veterinário deve inspecionar os animais que vão para o abate, verificar o abatedouro, o transporte das carcaças, verificar as condições de armazenamento e de disposição dos produtos nos pontos de venda, devendo-se procurar, ainda, orientar os consumidores para o transporte e estocagem doméstica dos produtos de origem animal.

Destacamos, ainda, que o Brasil é um dos maiores exportadores de produtos de origem animal, principalmente carnes, graças à sua legislação sanitária e aos serviços de Inspeção existentes. Sugerimos ao autor da matéria, que procure o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para conhecer o volume de carnes bovina, de aves e suína que o país exporta, os empregos diretos e indiretos gerados e os resultados na balança comercial.

Finalizando, não concordamos com a discriminação a produtos artesanais e ao porte de fabricantes. Em contrapartida, nada pode servir de atenuante ou justificativa para a produção e a comercialização de produtos alimentícios que não ofereçam garantia sanitária total. ●

Paulo Alfredo Miranda – Médico Veterinário

Presidente da Academia Paranaense de Medicina Veterinária – ACAPAMEVE
Médico Veterinário aposentado do MAPA
Ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani - Médica Veterinária

Professora Titular de Fisiologia da Universidade Federal do Paraná (aposentada)
Membro de várias Academias

CRMV PR

www.crmv-pr.org.br

Vai viajar nesse **VERÃO**?
Programa-se.
Não **ABANDONE** quem
nunca te abandonaria.

